APAV®

associação portuguesa de Apoio à Vítima

RECORTES DE IMPRENSA

ABRIL 2022

Diário de Notícias

Mais de 500 crianças e jovens vítimas de crimes sexuais apoiados em 2021 pela APAV

Coordenadora do projeto CARE 2.0 defende que os números demonstram "claramente" que "a violência sexual contra crianças e jovens existe e é um fenómeno transversal enquanto sociedade", mas também que há "sem dúvida nenhuma uma sociedade mais atenta e mais intolerante a estas situações de violência"

Lusa/DN
20 Abril 2022 — 08:45

TÓPICOS
- APAV
- Sociedade
- abuso de crianças
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
- abuso sexual de crianças

Mais de 500 crianças e jovens vítimas de crimes sexuais foram apoiados em 2021 pela APAV, que refere que a violência sexual é um fenómeno transversal na sociedade, mas relativamente ao qual há cada vez mais atenção e intolerância.

De acordo com os dados mais recentes do projeto CARE 2.0, uma rede de apoio a crianças e jovens vítimas de violência sexual da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), 508 crianças e jovens vítimas tiveram ajuda através desta iniciativa.

A CARE 2.0 foi criada em 2016 e o projeto está previsto terminar em 2022, mas ano a pós ano o número de vítimas apoiadas cresce e depois de ter começado com 195 nesse primeiro ano, cresceu para 251 no ano seguinte e chegou às 304 em 2018.

Em 2019 a APAV ajudou 417 crianças e jovens, número que aumenta novamente em 2020 para 432 e que cresce em 2021 para 508 vítimas apoiadas.

Tudo somado, significa que no conjunto dos seis anos a CARE 2.0 chegou a 2.107 crianças e jovens, tendo também apoiado 206 pessoas que eram familiares ou amigos das vítimas, além de ter realizado um total de 28.247 atendimentos.

De acordo com a coordenadora da rede, os números demonstram "claramente" que "a violência sexual contra crianças e jovens existe e é um fenómeno transversal enquanto sociedade", mas também que há "sem dúvida nenhuma uma sociedade mais atenta e mais intolerante a estas situações de violência".

"E também com alguma capacidade adicional, que se calhar não tínhamos há alguns anos, de identificar as diferentes formas que a violência sexual pode assumir e essa maior capacidade de deteção acaba por ajudar a detetar as situações e a desocultar as situações, o que também leva a este maior número de pedidos de ajuda que temos vindo a receber ao longo destes anos", apontou Carla Ferreira.

Sendo a formação uma das vertentes do programa, a responsável explicou que a mensagem que tentam passar aos adultos é de que perante a mera suspeita de um caso de violência sexual devem agir e pedir ajuda imediatamente, não mantendo a situação em segredo ou tentando fazer a sua própria investigação, uma vez que há entidades competentes para ambas as situações.

Os dados da APAV mostram que 80% das vítimas apoiadas eram do género feminino, viviam sobretudo nas áreas metropolitanas de Lisboa (789) e Porto (576), e tinham idades entre os 08 e os 17 anos (1.387), enquanto o agressor é sobretudo do género masculino (91,6%).

Carla Ferreira apontou que a maioria dos crimes acontece em contexto intrafamiliar (51%), mas destacou que mesmo nos casos que ocorrem fora do seio familiar as situações de violência são praticadas por pessoas que a vítimas conhece, havendo apenas 7,5% de casos em que o agressor é uma pessoa desconhecida da vítima.

Dada a relação de proximidade entre vítima e agressor na maior parte dos casos denunciados, a responsável apontou que a prevenção deste tipo de crime está muito associada ao ter informação, destacando que há muitos casos que acontecem em contexto familiar que se arrastam por vários anos.

"A prevenção vem ajudar a melhor desconstruir estas situações porque é uma transmissão de informação e esta informação é poder para as pessoas. É as pessoas poderem identificar as situações como sendo abusivas e depois poderem ter aqui algumas ferramentas para poderem responder e pedir ajuda", defendeu, acrescentando que o mesmo se passa com as crianças.

Quase 80% dos casos reportados à APAV foram depois denunciados a uma autoridade policial ou a um tribunal, mas entre as situações que não foram denunciadas há uma percentagem não quantificada de casos em que o agressor é inimputável por causa da idade, ou seja, tem menos de 16 anos.

Carla Ferreira explicou que quando o agressor tem entre 12 e 16 anos, o caso é encaminhado para o Tribunal de Família e Menores que irá aplicar um processo tutelar educativo.

"Abaixo dos 12 anos não há esta resposta judicial e o que se tenta que exista é uma intervenção ao nível das CPCJ [comissões de proteção de crianças e jovens], através de um processo de promoção e proteção, para quem pratica um ato que pode configurar uma situação de violência sexual possa ter alguma intervenção porque claramente essa pessoa também precisa de intervenção para ser reeducada para o direito e para as normas da vida em sociedade", explicou.

A responsável adiantou que na faixa etária entre os 12 e os 16 anos, os casos denunciados dizem sobretudo respeito a contactos que acontecem online, desde partilha de imagens ou captura indevida de imagens.

Acrescentou que tem havido casos detetados pela rede e salientou que "não é por serem menores que não se pode intervir", apesar de nestes casos não seguirem os tramites penais, garantindo que a preocupação é de que haja sempre um encaminhamento.

Estes e outros dados são apresentados hoje, no encontro "Seis anos de prevenção e apoio a crianças e jovens vítimas de violência sexual: o Projeto CARE", na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa.

https://www.dn.pt/sociedade/mais-de-500-criancas-e-jovens-vitimas-de-crimes-sexuais-apoiados-em-2021-pela-apav-14783638.html

Renascença

APAV acompanhou 2.107 crianças e jovens vítimas de abusos sexuais. "É, claramente, a ponta do icebergue"

20 abr, 2022 - 08:01 • Ana Carrilho

A Associação de Apoio à Vítima apresenta os resultados do Projeto CARE, no terreno desde 2016. A maior parte dos abusos continua a acontecer no seio da família, mas quase 43% é praticada por pessoas "de fora" que as vítimas conhecem

Desde o início do Projeto CARE, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) acompanhou 2.107 crianças e jovens vítimas de abusos sexuais, indicam dados divulgados esta quarta-feira. Mas este é um pequeno número em relação à realidade.

"Estamos a falar do número de pessoas que pedem ajuda à APAV, que é sempre inferior ao número de pessoas que denuncia situações e que, por sua vez, é muito inferior aos casos efetivamente ocorridos. Como os

próprios números reportados de crimes, independentemente de as pessoas virem a beneficiar do nosso apoio. Claramente, todos estes números são a ponta do icebergue. Temos aqui um problema com que lidar, uma problemática muito séria que exige intervenção especializada e orientada", diz Carla Ferreira, gestora técnica da Rede CARE, em entrevista à Renascença.

A especialista refere ainda que muitos destes crimes não são reportados oficialmente, por diversas razões. "Podem ter a ver com a dificuldade em identificar a situação como abusiva, sobretudo quando se trata de crianças pequenas; com a descrença no sistema de justiça e na forma como podem ser apoiadas. E, claramente, prendem-se também com o medo, a vergonha, o receio de represálias e das consequências que essa revelação pode trazer, nomeadamente quando esses atos abusivos são praticados por pessoas muito consideradas nos meios em que se movem e que facilmente podem atacar a vítima, descredibilizando as suas queixas".

Clara Ferreira aponta ainda o facto de as pessoas que cuidam das crianças não se aperceberem das situações ou, apercebendo-se, as desvalorizarem; de acharem que são coisas da imaginação dos mais pequenos e que é melhor deixar as coisas como estão. E que, sendo pequena, a criança não vai recordar-se.

Maioria dos abusos continua a acontecer em família

Oitenta por cento das vítimas que contactaram a APAV são raparigas ou mulheres. Contactos que foram feitos pelas próprias (especialmente a partir da faixa dos 14-17 e adultos). Mas para os mais pequenos, os casos são reportados por familiares, amigos, as escolas ou entidades (incluindo Comissões de Proteção de Crianças e Jovens) que contactam com as crianças e que se dão conta das situações.

Um total de 925 casos dizem respeito a crianças dos zero aos 13 anos. 772 referem-se a denúncias referente a jovens entre os 14 e os 17 anos e 331 foram efetuadas por pessoas com 18 ou mais anos.

O apoio da Rede CARE chegou a todos as regiões do Continente e Regiões Autónomas, abrangendo vítimas em 209 dos 308 concelhos.

Quase 92% dos abusos sexuais sobre crianças e jovens foram praticados por indivíduos do sexo masculino e mais de 4%, por mulheres. A maior parte (51%) acontece em contexto familiar.

Segundo as estatísticas do projeto CARE, a percentagem mais alta (17,5%) diz respeito a violência sexual perpetrada por pai ou mãe; 12%, por madrasta/padrasto; 4,8% por avô/avó; 5,8%, por tio/tia; 2,2% por irmão/irmã e 8,7% por outro familiar.

Quase 43% das situações ocorrem fora da família. Envolvem normalmente pessoas conhecidas, incluindo ex-namorados, amigos,

vizinhos, funcionários de escolas e ligados a outras atividades que a criança e jovem frequentam.

"A verdade é que, na maior parte das vezes, estamos a falar de um familiar da vítima– até próximo – ou de alguém que ela conhece relativamente bem; que pertence ao seu circuito de vida. Só muito raramente falamos de abusadores que não conhecem a vítima", diz Carla Ferreira.

A gestora da Rede CARE revela à **Renascença** que entre as pessoas que pediram ajuda à APAV se encontram algumas vítimas de abusos sexuais por parte de indivíduos ligados à Igreja Católica, do clero ou leigos. Clara Ferreira sublinha que acontece neste como noutros contextos e são muito pouco significativos.

Com a autorização das vítimas, esses casos também foram denunciados à Comissão Independente para o Estudo dos Abusos Sexuais de Crianças na Igreja Católica. Clara Ferreira diz que há colaboração entre as duas entidades.

Abusos podem prolongar-se por muitos anos com consequências traumáticas

As estatísticas revelam que em 6,4% dos casos houve violação; importunação sexual em 7,6%; coação sexual em 3,2% das situações reportadas e 1,1%, abuso sexual contra pessoas incapazes de resistência.

Quase 56% dos crimes são praticados de forma continuada, e isso pode querer dizer meses ou anos. "Sobretudo em contexto familiar tende a existir prática reiterada e continuada das situações de vitimização. Porque começam quando as crianças são muito novas e não têm consciência de uma prática abusiva ou porque tendem a identificar o ato como manifestação de afeto; ou quando são brindadas com alguma recompensa. No caso da família estamos a falar de situações que ocorrem de forma continuada, por vezes, durante vários anos; outras, semanas ou meses. Mas têm todas um potencial traumático que necessita de intervenção e acompanhamento especializado", frisa Carla Ferreira.

Cada caso tem um plano de intervenção

A gestora técnica do Projeto CARE diz que todas as situações são analisadas, caso a caso, tendo em conta o tipo de atos, o contexto da vitimização, o suporte familiar que existe ou não. Também é preciso avaliar os riscos que a revelação pode trazer para a criança e jovem, nomeadamente represálias.

Depois da avaliação, é feito um plano de intervenção. "Pode haver intervenção psicológica, mais ou menos demorada, dependendo das necessidades identificadas; mas também intervenção social, em

conjunto com outras entidades, acionando respostas sociais. Além do apoio jurídico – para as crianças e famílias cuidadoras – em relação aos seus direitos, o que pode implicar ajuda no pedido de indemnizações, a requerer medidas de coação, medidas de proteção, além do acompanhamento de um técnico da APAV nas diligências em que a criança tenha de participar.

"Esse apoio pode ser prolongado no tempo, enquanto for preciso. Não termina com o processo-crime e destina-se não apenas à criança/jovem, mas também à família cuidadora. O objetivo é ajudá-la a recuperar desta situação potencialmente traumática e reintegrá-la na sua história de vida".

Apoio especializado: quanto mais cedo, melhor

A violência sexual é geralmente traumática para as vítimas. Mas Carla Ferreira revela que, em muitos casos, "as pessoas só nos procuram quando já são adultos, na idade em que já se conseguiram libertar do contexto abusivo ou então, por ser na altura em que iniciam a sua vida sexual. E apercebem-se que há esse bloqueio relativamente à situação de vitimização passada".

Dificuldades maiores que tendem a existir especialmente quando não tiveram qualquer apoio ou apoio especializado. "Estamos a falar de situações que aconteceram há muitos anos, na altura não foram valorizadas, as vítimas não tiveram apoio e o potencial traumático expandiu-se fortemente. E vai condicionar muitas dessas pessoas, agora que são adultas".

Clara Ferreira sublinha que o objetivo não é que as pessoas esqueçam, mas que integrem essa vivência negativa – como outras menos positivas que todos vamos tendo ao longo da vida – no seu dia-a-dia e se tornem adultos perfeitamente funcionais. "Isso só é possível quando há uma intervenção especializada desde muito cedo".

Muito graves são os casos em que as crianças foram vítimas aos cinco, seis, sete anos; tentaram contar a alguém da família ou próximo, essa pessoa não valorizou, achando que era imaginação da criança. Depois, "aos 20, 22, 23 anos, quando essa 'criança' vem pedir apoio especializado, já vemos pessoas que nos chegam com perturbações psiquiátricas, com depressões, que condicionam a sua vida normal. E nestes casos, é muito mais difícil intervir porque há um conjunto de vivências que se cumulam à situação de violência sexual", diz Carla Ferreira.

Na faixa dos 14 aos 17 anos (em que se regista o maior número de pedidos de apoio à APAV) já são algumas das próprias vítimas a fazer a denúncia.

“E percebemos que há um número significativo de abusos que aconteceram bem mais cedo. Estimamos um terço das situações. E, claramente, em relação aos maiores de 18 anos. Aí, de certeza, aconteceu na infância e temos tido pessoas com 20,30, 40 anos a contactar-nos. Nos últimos tempos ainda temos visto mais essa tendência. Chegam bastante marcadas”, frisa a especialista.

É muito importante apostar na prevenção

O Projeto CARE inclui ações de formação e sensibilização destinadas especialmente às crianças e jovens, desde o pré-escolar até ao ensino secundário, em todo o país. Aposta na continuidade (com 4-5 sessões para cada ciclo de ensino) e têm ações e temáticas adaptadas a cada idade.

No pré-escolar e 1º ciclo, domina a componente lúdica. Para o 2º ciclo, em fase de transição, já é introduzida alguma reflexão e para o 3º ciclo e Secundário, a perspetiva é de reflexão e de pensamento mais abstrato.

“Com os mais pequeninos (a partir dos três anos) falamos do ‘toque bom’ e do ‘toque mau’; do ‘segredo bom’ e do ‘segredo mau’, as partes do corpo que são privadas e as que não são, as relações com pessoas adultas de confiança. Ajudamos as crianças a identificar situações que as deixam desconfortáveis, numa lógica mais ampla do que a violência sexual propriamente dita”, explica Carla Ferreira.

“No 2º e 3º ciclos e Secundário voltamos a falar das partes privadas do corpo (especialmente para o 2º ciclo, com crianças entre os 10-12 anos). Mas também a violência sexual online, a violência sexual em diversos contextos, por exemplo, no namoro e em relações ocasionais. E obviamente, também falamos do suporte social para orientar os pedidos de ajuda.”

O Projeto CARE teve início em 2016, desde o início com financiamento da Fundação Calouste Gulbenkian e, a partir de 2017, da Iniciativa Portugal Inovação Social. Mas deverá terminar no fim deste ano.

“É quando termina a linha de financiamento, mas a APAV está a fazer todos os esforços para continuar a resposta, com a qualidade e transparência que todos lhe reconhecem. Não quer dizer que não tenha que sofrer algumas adaptações, diz a gestora técnica da Rede CARE que sublinha a mais-valia do projeto, para as entidades que beneficiam do trabalho de formação e prevenção e, em última instância, para as próprias vítimas.

https://rr.sapo.pt/noticia/pais/2022/04/20/apav-acompanhou-2107-criancas-e-jovens-vitimas-de-abusos-sexuais-e-claramente-a-ponta-do-icebergue/280881/

NOTÍCIASAOMINUTO

APAV. 508 crianças e jovens vítimas de crimes sexuais apoiados em 2021

Mais de 500 crianças e jovens vítimas de crimes sexuais foram apoiados em 2021 pela APAV, que refere que a violência sexual é um fenómeno transversal na sociedade, mas relativamente ao qual há cada vez mais atenção e intolerância.

© Getty Images

20/04/22 08:07 - HÁ 2 HORAS POR LUSA
PAÍS VIOLÊNCIA SEXUAL

Share Tweetar Partilhar

De acordo com os dados mais recentes do projeto CARE 2.0, uma rede de apoio a crianças e jovens vítimas de violência sexual da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), 508 crianças e jovens vítimas tiveram ajuda através desta iniciativa.

A CARE 2.0 foi criada em 2016 e o projeto está previsto terminar em 2022, mas ano a pós ano o número de vítimas apoiadas cresce e depois de ter começado com 195 nesse primeiro ano, cresceu para 251 no ano seguinte e chegou às 304 em 2018.

Em 2019 a APAV ajudou 417 crianças e jovens, número que aumenta novamente em 2020 para 432 e que cresce em 2021 para 508 vítimas apoiadas.

Tudo somado, significa que no conjunto dos seis anos a CARE 2.0 chegou a 2.107 crianças e jovens, tendo também apoiado 206 pessoas que eram familiares ou amigos das vítimas, além de ter realizado um total de 28.247 atendimentos.

De acordo com a coordenadora da rede, os números demonstram "claramente" que "a violência sexual contra crianças e jovens existe e é um fenómeno transversal enquanto sociedade", mas também que há "sem dúvida nenhuma uma sociedade mais atenta e mais intolerante a estas situações de violência".

"E também com alguma capacidade adicional, que se calhar não tínhamos há alguns anos, de identificar as diferentes formas que a violência sexual pode assumir e essa maior capacidade de deteção acaba por ajudar a detetar as situações e a desocultar as situações, o que também leva a este maior número de pedidos de ajuda que temos vindo a receber ao longo destes anos", apontou Carla Ferreira.

Sendo a formação uma das vertentes do programa, a responsável explicou que a mensagem que tentam passar aos adultos é de que perante a mera suspeita de um caso de violência sexual devem agir e pedir ajuda imediatamente, não mantendo a situação em segredo ou tentando fazer a sua própria investigação, uma vez que há entidades competentes para ambas as situações.

Os dados da APAV mostram que 80% das vítimas apoiadas eram do género feminino, viviam sobretudo nas áreas metropolitanas de Lisboa (789) e Porto (576), e tinham idades entre os 08 e os 17 anos (1.387), enquanto o agressor é sobretudo do género masculino (91,6%).

Carla Ferreira apontou que a maioria dos crimes acontece em contexto intrafamiliar (51%), mas destacou que mesmo nos casos que ocorrem fora do seio familiar as situações de violência são praticadas por pessoas que a vítimas conhece, havendo apenas 7,5% de casos em que o agressor é uma pessoa desconhecida da vítima.

Dada a relação de proximidade entre vítima e agressor na maior parte dos casos denunciados, a responsável apontou que a prevenção deste tipo de crime está muito associada ao ter informação, destacando que há muitos casos que acontecem em contexto familiar que se arrastam por vários anos.

"A prevenção vem ajudar a melhor desconstruir estas situações porque é uma transmissão de informação e esta informação é poder para as pessoas. É as pessoas poderem identificar as situações como sendo abusivas e depois poderem ter aqui algumas ferramentas para poderem responder e pedir ajuda", defendeu, acrescentando que o mesmo se passa com as crianças.

Quase 80% dos casos reportados à APAV foram depois denunciados a uma autoridade policial ou a um tribunal, mas entre as situações que

não foram denunciadas há uma percentagem não quantificada de casos em que o agressor é inimputável por causa da idade, ou seja, tem menos de 16 anos.

Carla Ferreira explicou que quando o agressor tem entre 12 e 16 anos, o caso é encaminhado para o Tribunal de Família e Menores que irá aplicar um processo tutelar educativo.

"Abaixo dos 12 anos não há esta resposta judicial e o que se tenta que exista é uma intervenção ao nível das CPCJ [comissões de proteção de crianças e jovens], através de um processo de promoção e proteção, para quem pratica um ato que pode configurar uma situação de violência sexual possa ter alguma intervenção porque claramente essa pessoa também precisa de intervenção para ser reeducada para o direito e para as normas da vida em sociedade", explicou.

A responsável adiantou que na faixa etária entre os 12 e os 16 anos, os casos denunciados dizem sobretudo respeito a contactos que acontecem online, desde partilha de imagens ou captura indevida de imagens.

Acrescentou que tem havido casos detetados pela rede e salientou que "não é por serem menores que não se pode intervir", apesar de nestes casos não seguirem os tramites penais, garantindo que a preocupação é de que haja sempre um encaminhamento.

Estes e outros dados são apresentados hoje, no encontro "Seis anos de prevenção e apoio a crianças e jovens vítimas de violência sexual: o Projeto CARE", na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa.

https://www.noticiasaominuto.com/pais/1978909/apav-508-criancas-e-jovens-vitimas-de-crimes-sexuais-apoiados-em-2021

SAPO

Mais de 500 crianças e jovens vítimas de crimes sexuais apoiados pela APAV

N.N./Lusa

20 abr 2022 09:35

Atualidade

Mais de 500 crianças e jovens vítimas de crimes sexuais foram apoiados em 2021 pela APAV, que refere que a violência sexual é um fenómeno transversal na sociedade, mas relativamente ao qual há cada vez mais atenção e intolerância.

De acordo com os dados mais recentes do projeto CARE 2.0, uma rede de apoio a crianças e jovens vítimas de violência sexual da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), 508 crianças e jovens vítimas tiveram ajuda através desta iniciativa.

A CARE 2.0 foi criada em 2016 e o projeto está previsto terminar em 2022, mas ano a pós ano o número de vítimas apoiadas cresce e depois de ter começado com 195 nesse primeiro ano, cresceu para 251 no ano seguinte e chegou às 304 em 2018.

Em 2019 a APAV ajudou 417 crianças e jovens, número que aumenta novamente em 2020 para 432 e que cresce em 2021 para 508 vítimas apoiadas.

Tudo somado, significa que no conjunto dos seis anos a CARE 2.0 chegou a 2.107 crianças e jovens, tendo também apoiado 206 pessoas que eram familiares ou amigos das vítimas, além de ter realizado um total de 28.247 atendimentos.

De acordo com a coordenadora da rede, os números demonstram "claramente" que "a violência sexual contra crianças e jovens existe e é um fenómeno transversal enquanto sociedade", mas também que há "sem dúvida nenhuma uma sociedade mais atenta e mais intolerante a estas situações de violência".

"E também com alguma capacidade adicional, que se calhar não tínhamos há alguns anos, de identificar as diferentes formas que a violência sexual pode assumir e essa maior capacidade de deteção acaba por ajudar a detetar as situações e a desocultar as situações, o que também leva a este maior número de pedidos de ajuda que temos vindo a receber ao longo destes anos", apontou Carla Ferreira.

Sendo a formação uma das vertentes do programa, a responsável explicou que a mensagem que tentam passar aos adultos é de que perante a mera suspeita de um caso de violência sexual devem agir e pedir ajuda imediatamente, não mantendo a situação em segredo ou tentando fazer a sua própria investigação, uma vez que há entidades competentes para ambas as situações.

Os dados da APAV mostram que 80% das vítimas apoiadas eram do género feminino, viviam sobretudo nas áreas metropolitanas de Lisboa (789) e Porto (576), e tinham idades entre os 08 e os 17 anos (1.387), enquanto o agressor é sobretudo do género masculino (91,6%).

Carla Ferreira apontou que a maioria dos crimes acontece em contexto intrafamiliar (51%), mas destacou que mesmo nos casos que ocorrem fora do seio familiar as situações de violência são praticadas por pessoas que a vítimas conhece, havendo apenas 7,5% de casos em que o agressor é uma pessoa desconhecida da vítima.

Dada a relação de proximidade entre vítima e agressor na maior parte dos casos denunciados, a responsável apontou que a prevenção deste tipo de crime está muito associada ao ter informação, destacando que há muitos casos que acontecem em contexto familiar que se arrastam por vários anos.

"A prevenção vem ajudar a melhor desconstruir estas situações porque é uma transmissão de informação e esta informação é poder para as pessoas. É as pessoas poderem identificar as situações como sendo abusivas e depois poderem ter aqui algumas ferramentas para poderem responder e pedir ajuda", defendeu, acrescentando que o mesmo se passa com as crianças.

Quase 80% dos casos reportados à APAV foram depois denunciados a uma autoridade policial ou a um tribunal, mas entre as situações que não foram denunciadas há uma percentagem não quantificada de casos em que o agressor é inimputável por causa da idade, ou seja, tem menos de 16 anos.

Carla Ferreira explicou que quando o agressor tem entre 12 e 16 anos, o caso é encaminhado para o Tribunal de Família e Menores que irá aplicar um processo tutelar educativo.

“Abaixo dos 12 anos não há esta resposta judicial e o que se tenta que exista é uma intervenção ao nível das CPCJ [comissões de proteção de crianças e jovens], através de um processo de promoção e proteção, para quem pratica um ato que pode configurar uma situação de violência sexual possa ter alguma intervenção porque claramente essa pessoa também precisa de intervenção para ser reeducada para o direito e para as normas da vida em sociedade”, explicou.

A responsável adiantou que na faixa etária entre os 12 e os 16 anos, os casos denunciados dizem sobretudo respeito a contactos que acontecem online, desde partilha de imagens ou captura indevida de imagens.

Acrescentou que tem havido casos detetados pela rede e salientou que “não é por serem menores que não se pode intervir”, apesar de nestes casos não seguirem os tramites penais, garantindo que a preocupação é de que haja sempre um encaminhamento.

Estes e outros dados são apresentados hoje, no encontro “Seis anos de prevenção e apoio a crianças e jovens vítimas de violência sexual: o Projeto CARE”, na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa.

https://lifestyle.sapo.pt/saude/noticias-saude/artigos/mais-de-500-criancas-e-jovens-vitimas-de-crimes-sexuais-apoiados-pela-apav

Diário CAMPANÁRIO®

Alentejo

APAV apoiou 137 crianças e jovens vítimas de violência sexual no Alentejo!

Regional | 20 Abr. 2022 | Imprimir

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima deu a conhecer hoje um relatório onde podem ser consultados os dados relativos ao trabalho da APAV no apoio especializado a crianças e jovens vítimas de violência sexual.

A Rede CARE nasce do Projeto CARE – rede de apoio especializado a crianças e jovens vítimas de violência sexual, que arrancou em 2016 e conta com o apoio e investimento da Fundação Calouste Gulbenkian desde o seu início, contando também com o financiamento da iniciativa Portugal Inovação Social nas regiões do Norte, Centro, Lisboa e Alentejo.

Conforme nota d eimprensa enviada à nossa redação pela APAV, na região Alentejo foram apoiadas 137 crianças e jovens.

Destaca-se que, desde 2016, o apoio a crianças e jovens vítimas de violência sexual pela APAV tem registado um crescimento contínuo em número; todos os anos são registadas mais novas situações de apoio do que no ano anterior.

Entre 2016 e 2021 foram apoiadas 2.107 crianças e jovens e 206 familiares e amigos/as e, para o efeito, realizaram-se 28.247 atendimentos e diligências – tal remete-nos para uma média de 29 novas situações e 392 atendimentos por mês.

Além disso, há a salientar que o apoio prestado chegou a pessoas residentes em todos os Distritos de Portugal Continental e Regiões Autónomas, e, dentro destes, a praticamente 68% dos concelhos, o que torna claro a transversalidade do fenómeno e a importância do apoio estruturado, especializado e descentralizado praticado por esta Rede.

Regista-se ainda que a maior parte das situações continua a ser perpetrada por pessoas da família da vítima (51%); quando tal não sucede, é praticada, sobretudo, por pessoas conhecidas da vítima ou que com ela convivem no seu quotidiano.

Além do apoio importa capacitar as pessoas que intervêm com crianças e jovens; assim, o Projeto CARE tem também promovido formações de curta e longa duração para profissionais que, em diferentes áreas, contactam regularmente com crianças e jovens.

No sentido de complementar e densificar o seu trabalho, o Projeto CARE apostou no desenvolvimento de um Manual de Prevenção Universal – o Programa CARE. Com efeito, a prevenção alia-se à intervenção, pela promoção do treino e aquisição de competências junto de outras crianças e jovens, com vista a diminuir a sua vulnerabilidade à violência sexual e à identificação situações de risco e ação no caso de estas terem lugar.

https://radiocampanario.com/ultimas/regional/apav-apoiou-137-criancas-e-jovens-vitimas-de-violencia-sexual-no-alentejo

RÁDIO COMERCIAL

MAIS DE 500 MENORES VÍTIMAS DE CRIMES SEXUAIS EM 2021

APAV refere que a violência sexual é um fenómeno transversal na sociedade, mas relativamente ao qual há cada vez mais atenção e intolerância.

Mais de 500 crianças e jovens vítimas de crimes sexuais foram apoiados em 2021 pela APAV, que refere que a violência sexual é um fenómeno transversal na sociedade, mas relativamente ao qual há cada vez mais atenção e intolerância.

De acordo com os dados mais recentes do projeto CARE 2.0, uma rede de apoio a crianças e jovens vítimas de violência sexual da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), 508 crianças e jovens vítimas tiveram ajuda através desta iniciativa.

A CARE 2.0 foi criada em 2016 e o projeto está previsto terminar em 2022, mas ano a pós ano o número de vítimas apoiadas cresce e depois de ter começado com 195 nesse primeiro ano, cresceu para 251 no ano seguinte e chegou às 304 em 2018.

Em 2019 a APAV ajudou 417 crianças e jovens, número que aumenta novamente em 2020 para 432 e que cresce em 2021 para 508 vítimas apoiadas.

Tudo somado, significa que no conjunto dos seis anos a CARE 2.0 chegou a 2.107 crianças e jovens, tendo também apoiado 206 pessoas que eram familiares ou amigos das vítimas, além de ter realizado um total de 28.247 atendimentos.

De acordo com a coordenadora da rede, os números demonstram "claramente" que "a violência sexual contra crianças e jovens existe e é um fenómeno transversal enquanto sociedade", mas também que há "sem dúvida nenhuma uma sociedade mais atenta e mais intolerante a estas situações de violência".

"E também com alguma capacidade adicional, que se calhar não tínhamos há alguns anos, de identificar as diferentes formas que a violência sexual pode assumir e essa maior capacidade de deteção acaba por ajudar a detetar as situações e a desocultar as situações, o que também leva a este maior número de pedidos de ajuda que temos vindo a receber ao longo destes anos", apontou Carla Ferreira.

Sendo a formação uma das vertentes do programa, a responsável explicou que a mensagem que tentam passar aos adultos é de que perante a mera suspeita de um caso de violência sexual devem agir e pedir ajuda imediatamente, não mantendo a situação em segredo ou tentando fazer a sua própria investigação, uma vez que há entidades competentes para ambas as situações.

Os dados da APAV mostram que 80% das vítimas apoiadas eram do género feminino, viviam sobretudo nas áreas metropolitanas de Lisboa (789) e Porto (576), e tinham idades entre os 08 e os 17 anos (1.387), enquanto o agressor é sobretudo do género masculino (91,6%).

Carla Ferreira apontou que a maioria dos crimes acontece em contexto intrafamiliar (51%), mas destacou que mesmo nos casos que ocorrem fora do seio familiar as situações de violência são praticadas por pessoas que a vítimas conhece, havendo apenas 7,5% de casos em que o agressor é uma pessoa desconhecida da vítima.

Dada a relação de proximidade entre vítima e agressor na maior parte dos casos denunciados, a responsável apontou que a prevenção deste tipo de crime está muito associada ao ter informação, destacando que há muitos casos que acontecem em contexto familiar que se arrastam por vários anos.

"A prevenção vem ajudar a melhor desconstruir estas situações porque é uma transmissão de informação e esta informação é poder para as pessoas. É as pessoas poderem identificar as situações como sendo abusivas e depois poderem ter aqui algumas ferramentas para poderem responder e pedir ajuda", defendeu, acrescentando que o mesmo se passa com as crianças.

Quase 80% dos casos reportados à APAV foram depois denunciados a uma autoridade policial ou a um tribunal, mas entre as situações que não foram denunciadas há uma percentagem não quantificada de casos em que o agressor é inimputável por causa da idade, ou seja, tem menos de 16 anos.

Carla Ferreira explicou que quando o agressor tem entre 12 e 16 anos, o caso é encaminhado para o Tribunal de Família e Menores que irá aplicar um processo tutelar educativo.

"Abaixo dos 12 anos não há esta resposta judicial e o que se tenta que exista é uma intervenção ao nível das CPCJ [comissões de proteção de crianças e jovens], através de um processo de promoção e proteção,

para quem pratica um ato que pode configurar uma situação de violência sexual possa ter alguma intervenção porque claramente essa pessoa também precisa de intervenção para ser reeducada para o direito e para as normas da vida em sociedade", explicou.

A responsável adiantou que na faixa etária entre os 12 e os 16 anos, os casos denunciados dizem sobretudo respeito a contactos que acontecem online, desde partilha de imagens ou captura indevida de imagens.

Acrescentou que tem havido casos detetados pela rede e salientou que "não é por serem menores que não se pode intervir", apesar de nestes casos não seguirem os tramites penais, garantindo que a preocupação é de que haja sempre um encaminhamento.

Estes e outros dados são apresentados hoje, no encontro "Seis anos de prevenção e apoio a crianças e jovens vítimas de violência sexual: o Projeto CARE", na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa.

https://radiocomercial.iol.pt/noticias/121869/mais-de-500-menores-vitimas-de-crimes-sexuais-em-2021

Delas

ATUALIDADE

Mais de 500 crianças e jovens vítimas de violência sexual em 2021

20/04/2022

CARLA BERNARDINO

Em 2021, foram apoiadas 508 crianças e jovens, mais 76 do que em 2020. As raparigas continuam a estar maioritariamente mais vulneráveis, com o grupo dos 14 a 17 anos a registar mais casos. Mais de metade dos casos ocorrem em contexto familiar e são situações reiteradas

Os dados constam do novo relatório CARE, da autoria da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), e indicam um aumento do número de casos de violência sexual sobre crianças e jovens registados em Portugal, entre 2020 e 2021, de 432 para 508.

O documento reúne estatísticas desde 2016 e revela que, ao longo destes anos e até 2021, "foram apoiadas 2.107 crianças e jovens e 206 familiares e amigos/as e, para o efeito, realizaram-se 28.247 atendimentos e diligências – tal remete-nos para uma média de 29 novas situações e 392 atendimentos por mês".

As meninas e raparigas – oito em cada dez casos – continuam a ser as mais vulneráveis e os agressores são – nove em cada dez – do sexo masculino. "Regista-se ainda que a maior parte das situações continua a ser perpetrada por pessoas da família da vítima (51%); quando tal não sucede, é praticada, sobretudo, por pessoas conhecidas da vítima ou que com ela convivem no seu quotidiano", lê-se no estudo. Em mais de 50% os casos são reiterados ao longo do tempo e os crimes mais comuns são os de o abuso sexual de crianças (58,9%), abuso sexual de menores dependentes ou em situação particularmente vulnerável

(6,9%), atos sexuais com adolescentes (4,2%) e recurso à prostituição de menores (0,8%).

A Rede CARE nasce do Projeto CARE – rede de apoio especializado a crianças e jovens vítimas de violência sexual, que arrancou em 2016 e conta com o apoio e investimento da Fundação Calouste Gulbenkian desde o seu início, contando também com o financiamento da iniciativa Portugal Inovação Social nas regiões do Norte, Centro, Lisboa e Alentejo.

O projeto CARE conta com um Manual de Prevenção Universal – o Programa CARE. Com efeito, a prevenção alia-se à intervenção, pela promoção do treino e aquisição de competências junto de outras crianças e jovens, com vista a diminuir a sua vulnerabilidade à violência sexual e à identificação situações de risco e ação no caso de estas terem lugar.

delas.pt/mais-de-500-criancas-e-jovens-vitimas-de-violencia-sexual-em-2021/atualidade/929761/

Público

Recentemente, a Associação de Apoio à Vítima (APAV) publicou o relatório anual, onde foram registados 1580 crimes contra pessoas de nacionalidade estrangeira. Na semana passada, a Universidade do Porto decidiu demitir um professor que chamou as mulheres brasileiras de "mercadoria". Já as estatísticas mais recentes da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR) mostram que as denúncias de discriminação contra brasileiros em Portugal aumentaram 433%. Para alguns dos leitores, talvez esses números pareçam pequenos, afinal, no Brasil é sempre pior, não é mesmo? Entretanto, não estamos no Brasil, estamos em Portugal. Sem falar que a maioria dos imigrantes ainda não denuncia tais crimes.

Enquanto mulher brasileira imigrante e profissional que trabalha com esse público, para mim, crimes contra imigrantes são uma realidade bem visível. Escuto, diariamente, mulheres que enfrentaram os mais diversos tipos de violência, e arrisco-me a dizer que não conheço nenhuma mulher brasileira imigrante que não tenha enfrentado violência em Portugal. Aqui também me refiro as "piadas" e "comentários", que dão aos agressores a vantagem de, quando confrontados, dizer que somos loucas ou que não nos adaptamos ao país. Mas, então, ser louca é exigir respeito? E se adaptar ao país é sofrer violência calada? Se for, realmente não recomendo a nenhum imigrante "ser são" e "se adaptar".

Enquanto para tantos imigrantes essa violência é um problema bem visível, também há aquelas pessoas que tapam os olhos e os ouvidos, mas que abrem a boca e dizem "não ver" este problema em Portugal. Talvez só "veja" quem está disposto a questionar as estruturas racistas, colonialistas, machistas e misóginas da sociedade em que vive, quem aceita que não pode saber mais de nossas vivências do que nós mesmas e quem entende que também temos o direito de reclamar e lutar pelos nossos direitos. Os outros vão dizer que têm amigos brasileiros, angolanos, cabo-verdianos, ucranianos, indianos... que nunca enfrentaram nem um tipo de violência. Que não deveríamos reclamar porque os nossos países de origem são muito piores, quando, na maior parte das vezes, nunca nem lá estiveram. Que, se não estamos satisfeitas, que voltemos para "nossa terra", mas esquecem a contribuição cultural e financeira que os imigrantes trazem para o país. Os 5,2 mil milhões de euros para a Segurança Social que o digam.

Vão dizer que a culpa da má fama é das próprias brasileiras que vieram se prostituir no exterior, que vieram "roubar" os maridos, mas esquecem-se de dizer que o Brasil foi construído pelos "descobridores" utilizando o estupro, a exploração sexual, a invasão e o roubo, problemas que não se resolveram apenas com o fim da escravização e da colonização. Vão dizer que, ao falar sobre o passado colonial, estamos disseminando o ódio contra Portugal e contra os portugueses, quando não fomos nós que criamos uma ideologia que desumaniza certos grupos de pessoas baseando-se na raça, etnia e nacionalidade com o intuito de tornar mais fácil a exploração dessas pessoas. Aqui também é preciso falar do fenómeno dos imigrantes de países que foram colonizados que são "privilegiados", e que dizem que nunca foram discriminados em Portugal, e, por isso, falam que este problema não existe e que "temos de nos adaptar", que precisamos nos assimilar integrar. Estes, talvez, sejam os mesmos que se orgulham em dizer que são brasileiros "diferentes", mas esquecem que antes do "diferente" há sempre um brasileiro, já que a Ciência ainda não descobriu como voltar ao passado e nascer de novo, "branco" e num país europeu.

Mas, porque será que, em 2022, algumas pessoas ainda nos querem caladas? Penso que os senhorios que arrendam uma cama num quarto com seis beliches a 200 euros para um imigrante desesperado, os patrões que não pagam o salário de imigrantes, os agressores que cometem violência doméstica contra mulheres imigrantes que estão isoladas da sociedade e da família, os servidores públicos que sentem prazer em humilhar imigrantes que vieram de países que foram colonizados, e as pessoas que ainda acham que somos seus "colonos" sabem bem a resposta.

É urgente que Portugal encare o seu passado colonial como ele realmente foi: violento, desumano, errado e vergonhoso, e analise como esse passado vem construindo as relações entre portugueses e os povos

que foram colonizados. Rever o passado é uma pré-condição para se mudar o presente e o futuro. Se realmente querem ser chamados de país irmão e multicultural, é preciso rever posturas. Ignorar as violências que sofremos aqui não faz com que essas violências desapareçam, pelo contrário. Empurrar para debaixo do tapete só acumula e produz mais sujeira, e um tapete não é mais suficiente para esconder tanta sujeira acumulada ao longo dos anos. É preciso lidar com ela. É preciso começar a limpá-la. Negar o passado colonial e as suas implicações no presente não funciona mais. Nós estamos aqui, e os nossos olhos, ouvidos, bocas e corações estão bem abertos. Nós somos parte da sociedade e queremos ser respeitadas em todos os espaços. Nossa luta é "só" essa. Para quem é imigrante, continue denunciando. Em Portugal temos a APAV e a CICDR, que fazem um trabalho sério contra a discriminação étnica e racial. Não se calem. O silêncio adoece.

https://www.publico.pt/2022/04/20/p3/cronica/ha-denuncias-crimes-imigrantes-nenhuma-rua-2003046

APAV acompanhou mais de 2 mil crianças e jovens vítimas de abusos sexuais

MadreMedia / Lusa
20 abr 2022 09:14
Atualidade

A Associação de Apoio à Vítima apresenta hoje os resultados do Projeto CARE, no terreno desde 2016.

A Associação de Apoio à Vítima apresenta hoje os resultados do Projeto CARE, no terreno desde 2016.

AFP PHOTO / ALBERTO PIZZOLI

Em seis anos, a CARE 2.0, uma rede de apoio a crianças e jovens vítimas de violência sexual da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), chegou a 2.107 crianças e jovens, tendo também apoiado 206 pessoas que eram familiares ou amigos das vítimas, além de ter realizado um total de 28.247 atendimentos.

De acordo com os dados mais recentes (2021) do projeto, 508 crianças e jovens vítimas tiveram ajuda através desta iniciativa.

A CARE 2.0 foi criada em 2016 e o projeto está previsto terminar em 2022, mas ano a pós ano o número de vítimas apoiadas cresce e depois de ter começado com 195 nesse primeiro ano, cresceu para 251 no ano seguinte e chegou às 304 em 2018.

Em 2019 a APAV ajudou 417 crianças e jovens, número que aumenta novamente em 2020 para 432 e que cresce em 2021 para 508 vítimas apoiadas.

De acordo com a coordenadora da rede, os números demonstram "claramente" que "a violência sexual contra crianças e jovens existe e é um fenómeno transversal enquanto sociedade", mas também que há "sem dúvida nenhuma uma sociedade mais atenta e mais intolerante a estas situações de violência".

"E também com alguma capacidade adicional, que se calhar não tínhamos há alguns anos, de identificar as diferentes formas que a violência sexual pode assumir e essa maior capacidade de deteção acaba por ajudar a detetar as situações e a desocultar as situações, o que também leva a este maior número de pedidos de ajuda que temos vindo a receber ao longo destes anos", apontou Carla Ferreira.

Sendo a formação uma das vertentes do programa, a responsável explicou que a mensagem que tentam passar aos adultos é de que perante a mera suspeita de um caso de violência sexual devem agir e pedir ajuda imediatamente, não mantendo a situação em segredo ou tentando fazer a sua própria investigação, uma vez que há entidades competentes para ambas as situações.

Os dados da APAV mostram que 80% das vítimas apoiadas eram do género feminino, viviam sobretudo nas áreas metropolitanas de Lisboa (789) e Porto (576), e tinham idades entre os 08 e os 17 anos (1.387), enquanto o agressor é sobretudo do género masculino (91,6%).

Carla Ferreira apontou que a maioria dos crimes acontece em contexto intrafamiliar (51%), mas destacou que mesmo nos casos que ocorrem fora do seio familiar as situações de violência são praticadas por pessoas que a vítimas conhece, havendo apenas 7,5% de casos em que o agressor é uma pessoa desconhecida da vítima.

Dada a relação de proximidade entre vítima e agressor na maior parte dos casos denunciados, a responsável apontou que a prevenção deste tipo de crime está muito associada ao ter informação, destacando que há muitos casos que acontecem em contexto familiar que se arrastam por vários anos.

"A prevenção vem ajudar a melhor desconstruir estas situações porque é uma transmissão de informação e esta informação é poder para as pessoas. É as pessoas poderem identificar as situações como sendo abusivas e depois poderem ter aqui algumas ferramentas para poderem responder e pedir ajuda", defendeu, acrescentando que o mesmo se passa com as crianças.

Quase 80% dos casos reportados à APAV foram depois denunciados a uma autoridade policial ou a um tribunal, mas entre as situações que não foram denunciadas há uma percentagem não quantificada de

casos em que o agressor é inimputável por causa da idade, ou seja, tem menos de 16 anos.

Carla Ferreira explicou que quando o agressor tem entre 12 e 16 anos, o caso é encaminhado para o Tribunal de Família e Menores que irá aplicar um processo tutelar educativo.

“Abaixo dos 12 anos não há esta resposta judicial e o que se tenta que exista é uma intervenção ao nível das CPCJ [comissões de proteção de crianças e jovens], através de um processo de promoção e proteção, para quem pratica um ato que pode configurar uma situação de violência sexual possa ter alguma intervenção porque claramente essa pessoa também precisa de intervenção para ser reeducada para o direito e para as normas da vida em sociedade”, explicou.

A responsável adiantou que na faixa etária entre os 12 e os 16 anos, os casos denunciados dizem sobretudo respeito a contactos que acontecem online, desde partilha de imagens ou captura indevida de imagens.

Acrescentou que tem havido casos detetados pela rede e salientou que “não é por serem menores que não se pode intervir”, apesar de nestes casos não seguirem os tramites penais, garantindo que a preocupação é de que haja sempre um encaminhamento.

Estes e outros dados são apresentados hoje, no encontro “Seis anos de prevenção e apoio a crianças e jovens vítimas de violência sexual: o Projeto CARE”, na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa.

https://24.sapo.pt/atualidade/artigos/apav-apoiou-mais-de-500-criancas-e-jovens-vitimas-de-crimes-sexuais

JN
Jornal de Notícias

Balanço

Apoio a crianças vítimas de crimes sexuais em risco

Roberto Bessa Moreira
Hoje às 08:07

TÓPICOS
Justiça
APAV
Crimes sexuais
Nacional

Foto: Arquivo Global Imagens

Projeto CARE, da APAV, só tem financiamento até final do ano. Todos os meses, instituição apoia 29 novas vítimas, mas número é apenas a ponta do icebergue.

Projeto CARE, da APAV, só tem financiamento até final do ano. Todos os meses, instituição apoia 29 novas vítimas, mas número é apenas a ponta do icebergue.

O projeto CARE, da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), apoiou, em seis anos, mais de 2100 crianças e jovens vítimas de violência sexual. Ajudou ainda 206 familiares e amigos das vítimas a superar situações traumáticas. Mas todo o projeto poderá terminar no final deste ano se a instituição não encontrar uma nova fonte de sustentação.

"O atual financiamento termina em dezembro e não vamos conseguir garantir o programa nos moldes atuais. Se não houver alternativa, teremos de reequacionar a

dimensão da equipa e, com menos técnicos, haverá menos vítimas apoiadas", avisa a responsável do CARE, Carla Ferreira. "Temos a expetativa que este novo Governo seja sensível a esta questão fundamental", complementa.

Meninas são o alvo preferencial

O Programa CARE começou, em 2016, com quatro pólos e apenas com a contribuição monetária da Fundação Calouste Gulbenkian. Nos anos seguintes, passou a contar com fundos da Iniciativa Portugal e Inovação Social e cerca de 150 mil euros anuais para pagar os ordenados de mais de uma dezena de técnicos, deslocações e instalações de dez pólos espalhados pelo país.

Foi esta estrutura que apoiou, todos os meses, 29 novas vítimas. 80% delas eram do sexo feminino e 772 tinham entre 14 e 17 anos. Quase 60% foram crianças alvo de abusos sexuais e mais de 6% foram mesmo violadas.

Os dados da APAV mostram que mais de 55 das vítimas sinalizadas foram alvo de crimes de forma continuada. "Estes números não retratam a realidade, porque há muitas cifras negras. São apenas a ponta do iceberg", alerta Carla Ferreira.

Crimes em contexto familiar

O relatório da APAV mostra que 51% dos crimes foram cometidos em contexto familiar, por pais (17,5%), padrasto/madrasta (12%) tio/tia (5,8%) e também por avós (4,8%). E mesmo quando os os abusos sexuais acontecem fora da família, o autor do crime - que em mais de 90% dos casos é um homem - é uma pessoa conhecida da vítima.

Dos casos acompanhados pelos técnicos, apenas 75,7% foram denunciadas às autoridades policiais ou aos tribunais. Um número alcançado apenas com as denúncias (12,8%) da APAV.

"Todos os anos temos mais vítimas sinalizadas. Primeiro, porque há uma maior sensibilidade para perceber o que é a violência sexual e, depois, porque há mais denúncias. Os números deste balanço provam a pertinência deste projeto", refere Carla Ferreira. "Esta é uma luta que nunca acabará", finaliza a responsável pelo Projeto CARE.

https://www.jn.pt/nacional/apoio-a-criancas-vitimas-de-crimes-sexuais-em-risco-14783052.html

Mais de 500 crianças e jovens vítimas de crimes sexuais foram apoiados em 2021 pela APAV, que refere que a violência sexual é um fenómeno transversal na sociedade, mas relativamente ao qual há cada vez mais atenção e intolerância.

De acordo com os dados mais recentes do projeto CARE 2.0, uma rede de apoio a crianças e jovens vítimas de violência sexual da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), 508 crianças e jovens vítimas tiveram ajuda através desta iniciativa.

A CARE 2.0 foi criada em 2016 e o projeto está previsto terminar em 2022, mas ano a pós ano o número de vítimas apoiadas cresce e depois de ter começado com 195 nesse primeiro ano, cresceu para 251 no ano seguinte e chegou às 304 em 2018.

Em 2019 a APAV ajudou 417 crianças e jovens, número que aumenta novamente em 2020 para 432 e que cresce em 2021 para 508 vítimas apoiadas.

Tudo somado, significa que no conjunto dos seis anos a CARE 2.0 chegou a 2.107 crianças e jovens, tendo também apoiado 206 pessoas que eram familiares ou amigos das vítimas, além de ter realizado um total de 28.247 atendimentos.

De acordo com a coordenadora da rede, os números demonstram "claramente" que "a violência sexual contra crianças e jovens existe e é um fenómeno transversal enquanto sociedade", mas também que há "sem dúvida nenhuma uma sociedade mais atenta e mais intolerante a estas situações de violência".

"E também com alguma capacidade adicional, que se calhar não tínhamos há alguns anos, de identificar as diferentes formas que a violência sexual pode assumir e essa maior capacidade de deteção acaba por ajudar a detetar as situações e a desocultar as situações, o que também leva a este maior número de pedidos de ajuda que temos vindo a receber ao longo destes anos", apontou Carla Ferreira.

Sendo a formação uma das vertentes do programa, a responsável explicou que a mensagem que tentam passar aos adultos é de que perante a mera suspeita de um caso de violência sexual devem agir e pedir ajuda imediatamente, não mantendo a situação em segredo ou tentando fazer a sua própria investigação, uma vez que há entidades competentes para ambas as situações.

Os dados da APAV mostram que 80% das vítimas apoiadas eram do género feminino, viviam sobretudo nas áreas metropolitanas de Lisboa (789) e Porto (576), e tinham idades entre os 08 e os 17 anos (1.387), enquanto o agressor é sobretudo do género masculino (91,6%).

Carla Ferreira apontou que a maioria dos crimes acontece em contexto intrafamiliar (51%), mas destacou que mesmo nos casos que ocorrem fora do seio familiar as situações de violência são praticadas por pessoas que a vítimas conhece, havendo apenas 7,5% de casos em que o agressor é uma pessoa desconhecida da vítima.

Dada a relação de proximidade entre vítima e agressor na maior parte dos casos denunciados, a responsável apontou que a prevenção deste tipo de crime está muito associada ao ter informação, destacando que há muitos casos que acontecem em contexto familiar que se arrastam por vários anos.

"A prevenção vem ajudar a melhor desconstruir estas situações porque é uma transmissão de informação e esta informação é poder para as pessoas. É as pessoas poderem identificar as situações como sendo abusivas e depois poderem ter aqui algumas ferramentas para poderem responder e pedir ajuda", defendeu, acrescentando que o mesmo se passa com as crianças.

Quase 80% dos casos reportados à APAV foram depois denunciados a uma autoridade policial ou a um tribunal, mas entre as situações que não foram denunciadas há uma percentagem não quantificada de casos em que o agressor é inimputável por causa da idade, ou seja, tem menos de 16 anos.

Carla Ferreira explicou que quando o agressor tem entre 12 e 16 anos, o caso é encaminhado para o Tribunal de Família e Menores que irá aplicar um processo tutelar educativo.

"Abaixo dos 12 anos não há esta resposta judicial e o que se tenta que exista é uma intervenção ao nível das CPCJ [comissões de proteção de crianças e jovens], através de um processo de promoção e proteção, para quem pratica um ato que pode configurar uma situação de violência sexual possa ter alguma intervenção porque claramente essa pessoa também precisa de intervenção para ser reeducada para o direito e para as normas da vida em sociedade", explicou.

A responsável adiantou que na faixa etária entre os 12 e os 16 anos, os casos denunciados dizem sobretudo respeito a contactos que acontecem online, desde partilha de imagens ou captura indevida de imagens.

Acrescentou que tem havido casos detetados pela rede e salientou que "não é por serem menores que não se pode intervir", apesar de nestes casos não seguirem os tramites penais, garantindo que a preocupação é de que haja sempre um encaminhamento.

Estes e outros dados são apresentados hoje, no encontro "Seis anos de prevenção e apoio a crianças e jovens vítimas de violência sexual: o Projeto CARE", na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa.

https://www.msn.com/pt-pt/noticias/ultimas/apav-508-crian-c3-a7as-e-jovens-v-c3-adtimas-de-crimes-sexuais-apoiados-em-2021/ar-AAWoBss

OBSERVADOR

Mais de 500 crianças e jovens vítimas de crimes sexuais apoiados em 2021 pela APAV

O projeto CARE da APAV, uma rede de ajuda a crianças e jovens por crimes sexuais, registou mais de 500 vítimas em 2021. Os dados revelam que 80% das que foram apoiadas eram do género feminino.

Mais de 500 crianças e jovens vítimas de crimes sexuais foram apoiados em 2021 pela APAV, que refere que a violência sexual é um fenómeno transversal na sociedade, mas relativamente ao qual há cada vez mais atenção e intolerância.

De acordo com os dados mais recentes do projeto CARE 2.0, uma rede de apoio a crianças e jovens vítimas de violência sexual da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), 508 crianças e jovens vítimas tiveram ajuda através desta iniciativa.

A CARE 2.0 foi criada em 2016 e o projeto está previsto terminar em 2022, mas ano após ano o número de vítimas apoiadas cresce e depois de ter começado com 195 nesse primeiro ano, cresceu para 251 no ano seguinte e chegou às 304 em 2018.

Em 2019 a APAV ajudou 417 crianças e jovens, número que aumenta novamente em 2020 para 432 e que cresce em 2021 para 508 vítimas apoiadas.

Tudo somado, significa que no conjunto dos seis anos a CARE 2.0 chegou a 2.107 crianças e jovens, tendo também apoiado 206 pessoas que eram familiares ou amigos das vítimas, além de ter realizado um total de 28.247 atendimentos.

De acordo com a coordenadora da rede, os números demonstram "claramente" que "a violência sexual contra crianças e jovens existe e é um fenómeno transversal enquanto sociedade", mas também que há "sem dúvida nenhuma uma sociedade mais atenta e mais intolerante a estas situações de violência".

E também com alguma capacidade adicional, que se calhar não tínhamos há alguns anos, de identificar as diferentes formas que a violência sexual pode assumir e essa maior capacidade de deteção acaba por ajudar a detetar as situações e a desocultar as situações, o que também leva a este maior número de pedidos de ajuda que temos vindo a receber ao longo destes anos", apontou Carla Ferreira.

Sendo a formação uma das vertentes do programa, a responsável explicou que a mensagem que tentam passar aos adultos é de que perante a mera suspeita de um caso de violência sexual devem agir e pedir ajuda imediatamente, não mantendo a situação em segredo ou tentando fazer a sua própria investigação, uma vez que há entidades competentes para ambas as situações.

Os dados da APAV mostram que 80% das vítimas apoiadas eram do género feminino, viviam sobretudo nas áreas metropolitanas de Lisboa (789) e Porto (576), e tinham idades entre os 08 e os 17 anos (1.387), enquanto o agressor é sobretudo do género masculino (91,6%).

Carla Ferreira apontou que a maioria dos crimes acontece em contexto intrafamiliar (51%), mas destacou que mesmo nos casos que ocorrem fora do seio familiar as situações de violência são praticadas por pessoas que a vítimas conhece, havendo apenas 7,5% de casos em que o agressor é uma pessoa desconhecida da vítima.

Dada a relação de proximidade entre vítima e agressor na maior parte dos casos denunciados, a responsável apontou que a prevenção deste tipo de crime está muito associada ao ter informação, destacando que há muitos casos que acontecem em contexto familiar que se arrastam por vários anos.

"A prevenção vem ajudar a melhor desconstruir estas situações porque é uma transmissão de informação e esta informação é poder para as pessoas. É as pessoas poderem identificar as situações como sendo abusivas e depois poderem ter aqui algumas ferramentas para poderem responder e pedir ajuda", defendeu, acrescentando que o mesmo se passa com as crianças.

Quase 80% dos casos reportados à APAV foram depois denunciados a uma autoridade policial ou a um tribunal, mas entre as situações que

não foram denunciadas há uma percentagem não quantificada de casos em que o agressor é inimputável por causa da idade, ou seja, tem menos de 16 anos.

Carla Ferreira explicou que quando o agressor tem entre 12 e 16 anos, o caso é encaminhado para o Tribunal de Família e Menores que irá aplicar um processo tutelar educativo.

"Abaixo dos 12 anos não há esta resposta judicial e o que se tenta que exista é uma intervenção ao nível das CPCJ [comissões de proteção de crianças e jovens], através de um processo de promoção e proteção, para quem pratica um ato que pode configurar uma situação de violência sexual possa ter alguma intervenção porque claramente essa pessoa também precisa de intervenção para ser reeducada para o direito e para as normas da vida em sociedade", explicou.

A responsável adiantou que na faixa etária entre os 12 e os 16 anos, os casos denunciados dizem sobretudo respeito a contactos que acontecem online, desde partilha de imagens ou captura indevida de imagens.

Acrescentou que tem havido casos detetados pela rede e salientou que "não é por serem menores que não se pode intervir", apesar de nestes casos não seguirem os tramites penais, garantindo que a preocupação é de que haja sempre um encaminhamento.

Estes e outros dados são apresentados esta quarta-feira, no encontro "Seis anos de prevenção e apoio a crianças e jovens vítimas de violência sexual: o Projeto CARE", na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa.

https://observador.pt/2022/04/20/mais-de-500-criancas-e-jovens-vitimas-de-crimes-sexuais-apoiados-em-2021-pela-apav/

PAÍS

23 min.

APAV apoiou mais de 500 crianças e jovens vítimas de crimes sexuais só no ano passado

por Antena 1

A Associação Portuguesa de Apoio à Vitima apoiou mais de 500 crianças e jovens vítimas de crimes sexuais só no ano passado. Este é um número que tem aumentado todos os anos.

Os dados da APAV revelam que 80 por cento das vítimas são do sexo feminino, com idades entre os 8 e os 17 anos. Em mais de 90 por cento dos casos agressor é do sexo masculino.

A coordenadora da rede de apoio a crianças e jovens vitimas de violência sexual Carla Ferreira em declarações à agencia Lusa revela que mais de metade dos casos acontece em ambiente familiar.

Este projeto da APAV de apoio a crianças e jovens vitimas de abuso sexual existe desde 2016 e já apoiou mais de 2 mil crianças e jovens que foram vitimas deste tipo de crime.

https://www.rtp.pt/noticias/pais/apav-apoiou-mais-de-500-criancas-e-jovens-vitimas-de-crimes-sexuais-so-no-ano-passado_a1399559

COMUNIDADE CULTURA e ARTE

Desde 2016, APAV acompanhou mais de 2 mil crianças e jovens vítimas de abusos sexuais

por **Comunidade Cultura e Arte**, 20 Abril, 2022

Fotografia de Daniel K Cheung / Unsplash

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima apresenta as Estatísticas APAV | Rede CARE 2016-2021, um relatório onde podem ser consultados os dados relativos ao trabalho da APAV no apoio especializado a crianças e jovens vítimas de violência sexual.

A Rede CARE nasce do Projeto CARE — rede de apoio especializado a crianças e jovens vítimas de violência sexual, que arrancou em 2016 e conta com o apoio e investimento da Fundação Calouste Gulbenkian desde o seu início, contando também com o financiamento da iniciativa Portugal Inovação Social nas regiões do Norte, Centro, Lisboa e Alentejo.

Denúncia dos atos violentos

75,7% das situações reportadas foram denunciadas às Autoridades Policiais e/ou aos Tribunais
Em 12,8% das vezes, essa denúncia partiu da APAV

Sem denúncia? Porquê?

- Inexistência de dados suficientes para o efeito, por vontade dos/as denunciantes
- Os/as autores/as são inimputáveis em razão da idade
- Outros motivos

Destaca-se que, desde 2016, o apoio a crianças e jovens vítimas de violência sexual pela APAV tem registado um crescimento contínuo em número; todos os anos são registadas mais novas situações de apoio do que no ano anterior.

"Entre 2016 e 2021 foram apoiadas 2.107 crianças e jovens e 206 familiares e amigos/as e, para o efeito, realizaram-se 28.247 atendimentos e diligências — tal remete-nos para uma média de 29 novas situações e 392 atendimentos por mês.", pode ler-se num comunicado da APAV.

Além disso, "há a salientar que o apoio prestado chegou a pessoas residentes em todos os Distritos de Portugal Continental e Regiões Autónomas, e, dentro destes, a praticamente 68% dos concelhos, o que torna claro a transversalidade do fenómeno e a importância do apoio estruturado, especializado e descentralizado praticado por esta Rede.", lê-se ainda no mesmo comunicado.

Contextos e relação com a vítima

Pai/Mãe:	17,5%
Padrasto/Madrasta:	12,0%
Avô/Avó:	4,8%
Tio/Tia:	5,8%
Irmão/Irmã:	2,2%
Outro/a familiar:	8,7%

Intrafamiliar 51,0%

Pessoa conhecida:	12,7%
Pessoa desconhecida:	7,5%
Namorado/a / Ex-namorado/a:	3,7%
Colega/Amigo/a:	5,9%
Vizinho/a:	4,4%
Funcionário/a escolar:	2,2%
Funcionário/a atividades:	1,3%
Outra relação:	5,1%

Extrafamiliar 42,8%

6,2% não foi possível apurar

Regista-se ainda que a maior parte das situações continua a ser perpetrada por pessoas da família da vítima (51%); quando tal não sucede, é praticada, sobretudo, por pessoas conhecidas da vítima ou

que com ela convivem no seu quotidiano.

Além do apoio importa capacitar as pessoas que intervêm com crianças e jovens; assim, o Projeto CARE tem também promovido formações de curta e longa duração para profissionais que, em diferentes áreas, contactam regularmente com crianças e jovens.

No sentido de complementar e densificar o seu trabalho, o Projeto CARE apostou no desenvolvimento de um Manual de Prevenção Universal — o Programa CARE. Com efeito, a prevenção alia-se à intervenção, pela promoção do treino e aquisição de competências junto de outras crianças e jovens, com vista a diminuir a sua vulnerabilidade à violência sexual e à identificação situações de risco e ação no caso de estas terem lugar.

Este Manual de Prevenção será apresentado no dia de hoje, 20 de abril de 2022, a partir das 14h30, na Sala 1 da Fundação Calouste Gulbenkian, numa iniciativa conjunta desta Fundação e da APAV.

https://comunidadeculturaearte.com/desde-2016-apav-acompanhou-mais-de-2-mil-criancas-e-jovens-vitimas-de-abusos-sexuais/

CORREIO da manhã

Mais de 500 crianças e jovens vítimas de crimes sexuais apoiados em 2021 pela APAV

Dados do projeto CARE 2.0.

Lusa | 08:31

APAV comemora 20 anos FOTO: Bruno Colaço

Mais de 500 crianças e jovens vítimas de crimes sexuais foram apoiados em 2021 pela APAV, que refere que a violência sexual é um fenómeno transversal na sociedade, mas relativamente ao qual há cada vez mais atenção e intolerância.

De acordo com os dados mais recentes do projeto CARE 2.0, uma rede de apoio a crianças e jovens vítimas de violência sexual da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), 508 crianças e jovens vítimas tiveram ajuda através desta iniciativa.

A CARE 2.0 foi criada em 2016 e o projeto está previsto terminar em 2022, mas ano a pós ano o número de vítimas apoiadas cresce e depois de ter começado com 195 nesse primeiro ano, cresceu para 251 no ano seguinte e chegou às 304 em 2018.

Em 2019 a APAV ajudou 417 crianças e jovens, número que aumenta novamente em 2020 para 432 e que cresce em 2021 para 508 vítimas apoiadas.

Tudo somado, significa que no conjunto dos seis anos a CARE 2.0 chegou a 2.107 crianças e jovens, tendo também apoiado 206 pessoas que eram familiares ou amigos das vítimas, além de ter realizado um total de 28.247 atendimentos.

De acordo com a coordenadora da rede, os números demonstram "claramente" que "a violência sexual contra crianças e jovens existe e é um fenómeno transversal enquanto sociedade", mas também que há "sem dúvida nenhuma uma sociedade mais atenta e mais intolerante a estas situações de violência".

"E também com alguma capacidade adicional, que se calhar não tínhamos há alguns anos, de identificar as diferentes formas que a violência sexual pode assumir e essa maior capacidade de deteção acaba por ajudar a detetar as situações e a desocultar as situações, o que também leva a este maior número de pedidos de ajuda que temos vindo a receber ao longo destes anos", apontou Carla Ferreira.

Sendo a formação uma das vertentes do programa, a responsável explicou que a mensagem que tentam passar aos adultos é de que perante a mera suspeita de um caso de violência sexual devem agir e pedir ajuda imediatamente, não mantendo a situação em segredo ou tentando fazer a sua própria investigação, uma vez que há entidades competentes para ambas as situações.

Os dados da APAV mostram que 80% das vítimas apoiadas eram do género feminino, viviam sobretudo nas áreas metropolitanas de Lisboa (789) e Porto (576), e tinham idades entre os 08 e os 17 anos (1.387), enquanto o agressor é sobretudo do género masculino (91,6%).

Carla Ferreira apontou que a maioria dos crimes acontece em contexto intrafamiliar (51%), mas destacou que mesmo nos casos que ocorrem fora do seio familiar as situações de violência são praticadas por pessoas que a vítimas conhece, havendo apenas 7,5% de casos em que o agressor é uma pessoa desconhecida da vítima.

Dada a relação de proximidade entre vítima e agressor na maior parte dos casos denunciados, a responsável apontou que a prevenção deste tipo de crime está muito associada ao ter informação, destacando que há muitos casos que acontecem em contexto familiar que se arrastam por vários anos.

"A prevenção vem ajudar a melhor desconstruir estas situações porque é uma transmissão de informação e esta informação é poder para as pessoas. É as pessoas poderem identificar as situações como sendo abusivas e depois poderem ter aqui algumas ferramentas para poderem responder e pedir ajuda", defendeu, acrescentando que o mesmo se passa com as crianças.

Quase 80% dos casos reportados à APAV foram depois denunciados a uma autoridade policial ou a um tribunal, mas entre as situações que não foram denunciadas há uma percentagem não quantificada de casos em que o agressor é inimputável por causa da idade, ou seja, tem menos de 16 anos.

Carla Ferreira explicou que quando o agressor tem entre 12 e 16 anos, o caso é encaminhado para o Tribunal de Família e Menores que irá aplicar um processo tutelar educativo.

"Abaixo dos 12 anos não há esta resposta judicial e o que se tenta que exista é uma intervenção ao nível das CPCJ [comissões de proteção de crianças e jovens], através de um processo de promoção e proteção, para quem pratica um ato que pode configurar uma situação de violência sexual possa ter alguma intervenção porque claramente essa pessoa também precisa de intervenção para ser reeducada para o direito e para as normas da vida em sociedade", explicou.

A responsável adiantou que na faixa etária entre os 12 e os 16 anos, os casos denunciados dizem sobretudo respeito a contactos que acontecem online, desde partilha de imagens ou captura indevida de imagens.

Acrescentou que tem havido casos detetados pela rede e salientou que "não é por serem menores que não se pode intervir", apesar de nestes casos não seguirem os tramites penais, garantindo que a preocupação é de que haja sempre um encaminhamento.

Estes e outros dados são apresentados esta quarta-feira, no encontro "Seis anos de prevenção e apoio a crianças e jovens vítimas de violência sexual: o Projeto CARE", na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa.

https://www.cmjornal.pt/portugal/detalhe/mais-de-500-criancas-e-jovens-vitimas-de-crimes-sexuais-apoiados-em-2021-pela-apav?ref=Cm%20ao%20Minuto_MaisPartilhadas

Mais de 500 crianças e jovens vítimas de crimes sexuais apoiados pela APAV em 2021

Agência Lusa , AM

Há 1h e 43min

Crianças

Carla Ferreira, coordenadora do projeto CARE 2.0, diz que os números demonstram "claramente" que "a violência sexual contra crianças e jovens existe e é um fenómeno transversal enquanto sociedade"

Mais de 500 crianças e jovens vítimas de crimes sexuais foram apoiados em 2021 pela APAV, que refere que a violência sexual é um fenómeno transversal na sociedade, mas relativamente ao qual há cada vez mais atenção e intolerância.

De acordo com os dados mais recentes do projeto CARE 2.0, uma rede de apoio a crianças e jovens vítimas de violência sexual da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), 508 crianças e jovens vítimas tiveram ajuda através desta iniciativa.

A CARE 2.0 foi criada em 2016 e o projeto está previsto terminar em 2022, mas ano a pós ano o número de vítimas apoiadas cresce e depois de ter começado com 195 nesse primeiro ano, cresceu para 251 no ano seguinte e chegou às 304 em 2018.

Em 2019 a APAV ajudou 417 crianças e jovens, número que aumenta novamente em 2020 para 432 e que cresce em 2021 para 508 vítimas apoiadas.

Tudo somado, significa que no conjunto dos seis anos a CARE 2.0 chegou a 2.107 crianças e jovens, tendo também apoiado 206 pessoas que eram familiares ou amigos das vítimas, além de ter realizado um total de 28.247 atendimentos.

De acordo com a coordenadora da rede, os números demonstram "claramente" que "a violência sexual contra crianças e jovens existe e é um fenómeno transversal enquanto sociedade", mas também que há "sem dúvida nenhuma uma sociedade mais atenta e mais intolerante a estas situações de violência".

"E também com alguma capacidade adicional, que se calhar não tínhamos há alguns anos, de identificar as diferentes formas que a violência sexual pode assumir e essa maior capacidade de deteção acaba por ajudar a detetar as situações e a desocultar as situações, o que também leva a este maior número de pedidos de ajuda que temos vindo a receber ao longo destes anos", apontou Carla Ferreira.

Sendo a formação uma das vertentes do programa, a responsável explicou que a mensagem que tentam passar aos adultos é de que perante a mera suspeita de um caso de violência sexual devem agir e pedir ajuda imediatamente, não mantendo a situação em segredo ou tentando fazer a sua própria investigação, uma vez que há entidades competentes para ambas as situações.

Maioria dos agressores são pessoas que a vítima conhece

Os dados da APAV mostram que 80% das vítimas apoiadas eram do género feminino, viviam sobretudo nas áreas metropolitanas de Lisboa (789) e Porto (576), e tinham idades entre os 08 e os 17 anos (1.387), enquanto o agressor é sobretudo do género masculino (91,6%).

Carla Ferreira apontou que a maioria dos crimes acontece em contexto intrafamiliar (51%), mas destacou que mesmo nos casos que ocorrem fora do seio familiar as situações de violência são praticadas por pessoas que a vítimas conhece, havendo apenas 7,5% de casos em que o agressor é uma pessoa desconhecida da vítima.

Dada a relação de proximidade entre vítima e agressor na maior parte dos casos denunciados, a responsável apontou que a prevenção deste tipo de crime está muito associada ao ter informação, destacando que há muitos casos que acontecem em contexto familiar que se arrastam por vários anos.

"A prevenção vem ajudar a melhor desconstruir estas situações porque é uma transmissão de informação e esta informação é poder para as pessoas. É as pessoas poderem identificar as situações como sendo abusivas e depois poderem ter aqui algumas ferramentas para poderem

responder e pedir ajuda", defendeu, acrescentando que o mesmo se passa com as crianças.

O perigo online

Quase 80% dos casos reportados à APAV foram depois denunciados a uma autoridade policial ou a um tribunal, mas entre as situações que não foram denunciadas há uma percentagem não quantificada de casos em que o agressor é inimputável por causa da idade, ou seja, tem menos de 16 anos.

Carla Ferreira explicou que quando o agressor tem entre 12 e 16 anos, o caso é encaminhado para o Tribunal de Família e Menores que irá aplicar um processo tutelar educativo.

"Abaixo dos 12 anos não há esta resposta judicial e o que se tenta que exista é uma intervenção ao nível das CPCJ [comissões de proteção de crianças e jovens], através de um processo de promoção e proteção, para quem pratica um ato que pode configurar uma situação de violência sexual possa ter alguma intervenção porque claramente essa pessoa também precisa de intervenção para ser reeducada para o direito e para as normas da vida em sociedade", explicou.

A responsável adiantou que na faixa etária entre os 12 e os 16 anos, os casos denunciados dizem sobretudo respeito a contactos que acontecem online, desde partilha de imagens ou captura indevida de imagens.

Acrescentou que tem havido casos detetados pela rede e salientou que "não é por serem menores que não se pode intervir", apesar de nestes casos não seguirem os tramites penais, garantindo que a preocupação é de que haja sempre um encaminhamento.

Estes e outros dados são apresentados esta quarta-feira, no encontro "Seis anos de prevenção e apoio a crianças e jovens vítimas de violência sexual: o Projeto CARE", na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa.

https://cnnportugal.iol.pt/geral/mais-de-500-criancas-e-jovens-vitimas-de-crimes-sexuais-apoiados-pela-apav-em-2021/20220420/625fc79d0cf26256cd1f822a

PAÍS

atualizado 4 Abril 2022, 11:00

APAV atendeu uma média de 37 vítimas por dia em 2021. Mulheres continuam a ser as principais vítimas

por RTP

A APAV, associação de apoio à vítima, revelou as estatísticas referentes ao trabalho desenvolvido em 2021 nos 75 serviços de proximidade da associação. A APAV apoiou diretamente 15.617 pessoas, de um total de 75.445 atendimentos. A violência doméstica é o crime mais reportado. As mulheres continuam a ser as mais visadas em termos de vitimação e os crimes contra pessoas representam quase 90% do total.

Por semana, a associação apoiou uma média de 175 mulheres, 38 crianças, 35 homens e 31 pessoas idosas, de acordo com o relatório anual.

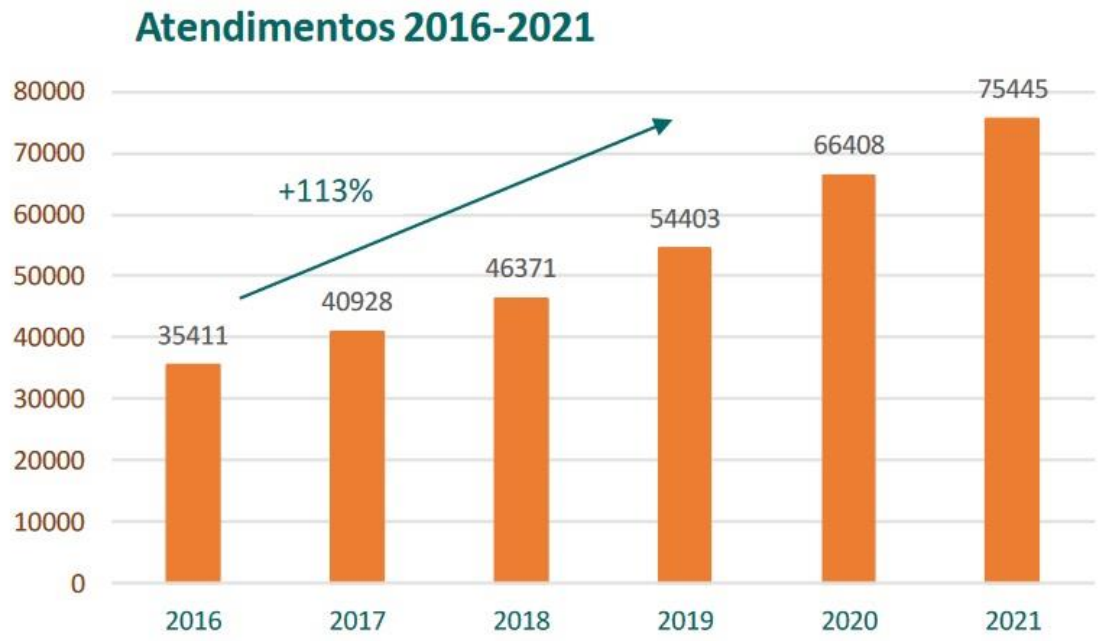
Entre todos os crimes e outras situações de violência registadas, os crimes contra as pessoas representam mais de 90% do total.
A APAV registou 25.838 crimes e outras formas de violência.
Entre estes, a violência doméstica representou 19.846 casos (76,8% do total).

Os crimes sexuais contra crianças foram 1.416 (5,5% do total).

Há ainda registo de ofensas à integridade física (2,5%), ameaças/coação (2,5%), difamação/injúrias (2,3%), discriminação e incitamento ao ódio e à violência (1,5%), crimes sexuais contra adultos (1%), perseguição/stalking (1%), burla (0,7%) e sextortion (0,6%).

As mulheres continuam a ser as mais visadas em termos de vitimação (77,9%).

O maior número de autores/as é do sexo masculino (60,9%), mantendo-se, desta forma, a tendência de anos anteriores que demonstram que são os homens os principais agressores.



O perfil da vítima mulher é a de alguém com a idade média de 40 anos. Estas mulheres frequentaram o ensino superior (6,8%) ensino secundário (5,8%) 3o ciclo (5,4%) e a sua relação com o autor/a do crime é de cônjuge (15,5%) companheiro/a (8,5%) pai/mãe (7,8%) ou ex-companheiro/a (7,5%) ou filha (6,4%). São, no total, 13.234 vítimas.

Quanto às crianças e jovens, o perfil tipo aponta para que sejam do sexo feminino (59%), com uma média de 11 anos, sendo a relação com autor/a do crime a de filha (26,3%). São 1.959 vítimas.

As vítimas menores (crianças/adolescentes) registam aumentos (14,8%) face aos anos de 2019 (12,5%) e de 2020 (13,8%).

As vítimas do sexo masculino são, na maioria, adultos (56,7%). Depois, surgem crianças/jovens (29,7%) pessoa idosa (13,6%). A vítima masculina tem uma média de idades de 36 anos e têm 1º ciclo (6,2%) ensino superior (5,2%) 3º ciclo (4,8%). Há 2.601 vítimas.

A percentagem de vítimas do sexo masculino tem vindo a aumentar: em 2019 representavam 18,7% e em 2021 já atingiram os 19,6% das vítimas.

Entre os idosos, há mais vítimas do sexo feminino (70%), com cerca de 76 anos. A relação com autor/a do crime: pai/mãe (26,2%) ou cônjuge (16,5%). Há 1.594 vítimas.

As relações entre autor e vítima de crime são comummente pautadas por relações de intimidade, como é o caso da conjugalidade (15,5%), da relação entre companheiros (8,5%), de ex-cônjuges (3,2%), relações entre ex-companheiros/as (7,5%), de ex-namorados/as (3,5%) e de namorados/as (1,7%).

Em 2021, este tipo de relações de intimidade totalizou, no seu conjunto, cerca de 40% das relações estabelecidas entre autor/a do crime e vítima.

Também as relações familiares de consanguinidade se mostraram significativas, tendo como disso exemplo os casos em que a vítima é filho/a do/a autor/a do crime (7,8%), seguindo-se os 6,4% em que a vítima é pai/mãe do autor/a.

“As agressões perpetradas pelo/a padrasto/madrasta triplicaram em apenas 2 anos”, alerta o relatório.

O local de crime 7 mais referenciado por quem procurou a APAV em 2021 foi a residência comum entre vítima e autor do crime seguido da residência da vítima e da via pública.

“Cabe igualmente referir o estabelecimento de ensino que, pelo segundo ano consecutivo, tem vindo a aumentar o número de referenciações: em 2019 representava 0,9% (n=100) de locais do crime; em 2020 já contabilizava 1,2% (n=141); e, em 2021, atingiu os 1,4% (n=176) como local para a prática de violência”, refere o documento.

Das situações de violência que chegaram à APAV no ano de 2021, cerca de 46% das vítimas efetuaram queixa/denúncia numa entidade policial, valor que tem vindo a crescer nos últimos anos.

A APAV presta apoio gratuito, confidencial e especializado a vítimas de todos os crimes. Tem uma Linha de Apoio à Vítima, 116 006, a Linha Internet Segura através do 800 21 90 90, e do e-mail linhainternetsegura@apav.pt.

https://www.rtp.pt/noticias/pais/apav-atendeu-uma-media-de-37-vitimas-por-dia-em-2021-mulheres-continuam-a-ser-as-principais-vitimas_n1396199

Renascença

Assédio na faculdade? Universidade de Lisboa não é caso único, denuncia APAV

05 abr, 2022 - 20:31 • Redação

Denúncias de assédio chegam de todo o ambiente universitário do país. Associação Portuguesa de Apoio à Vítima retrata a situação e lembra que o caso da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa não é caso único.

A Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa recebeu dezenas de denúncias de assédio nos últimos dias. Contudo, a Associação de Apoio à Vítima (APAV) diz que a Universidade de Lisboa não é um caso único e que "recebemos situações de assédio e de violência em contexto universitário de diversas índoles", afirma Carla Ferreira, da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

"Os casos têm vindo cada vez mais a conhecer a luz do dia e não a aumentar". A representante da APAV diz à Renascença que casos de assédio sempre existiram, mas que "estamos a falar de um ambiente que era muito controlado e não havia muita informação e não havia

muito registo de pedidos de ajuda por vários receios que podem estar associados a este contexto universitário", explica.

A APAV nota que, apesar da dificuldade do meio "tem havido movimentos que ajudam a trazer estes casos à luz do dia e a própria sociedade está mais intolerante a estas situações", esclarece à Renascença.

No que toca à posição de associações como a APAV, Carla Ferreira explica que "estes crimes, regra geral, não são de natureza pública, portanto não há uma obrigatoriedade da nossa parte em acionar e desencadear o procedimento criminal".

"Não há aquela lógica de denunciar obrigatoriamente", afirma. Carla Ferreira diz que devido à natureza do crime, o procedimento criminal é uma decisão da vítima.

O trabalho da APAV, nestes casos, é "esclarecer o que são os direitos das vítimas, aquilo que aconteceu e empoderá-las para poderem tomar outro tipo de ações mais direcionadas relativamente ao estabelecimento de ensino que estejam a frequentar", conclui a responsável da APAV.

https://rr.sapo.pt/noticia/pais/2022/04/05/assedio-na-faculdade-universidade-de-lisboa-nao-e-caso-unico-denuncia-apav/279185/

RÁDIO VOZ DA PLANÍCIE
104.5 FM · BEJA

ATUALIDADE

APAV apoiou 37 pessoas por dia em 2021. Atendimentos subiram 113 por cento em cinco anos.

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) apoiou, em média, 37 pessoas por dia em 2021, das quais 25 mulheres e cinco crianças, tendo registado um aumento de 113 por cento nos atendimentos nos últimos cinco anos.

Rádio Voz da Planície
06/04/2022

- APAV
- APOIO
- VÍTIMA
- RELATÓRIO ANUAL
- 2021

De acordo com o relatório anual da APAV sobre 2021, divulgado esta semana, a associação contabilizou um total de 75.445 atendimentos, referentes a 15.617 pessoas, tendo registado um total de 13.234 vítimas diretas de crime.

Segundo a APAV, o maior número de vítimas continua a ser do sexo feminino (77,9 por cento), mantendo-se a tendência dos anos anteriores, mas a associação destaca que a percentagem de vítimas do sexo masculino tem vindo a aumentar.

“Em 2019 representavam 18,7 por cento (2.180) e em 2021 já atingiram os 19,6 por cento(2.601) das vítimas”, refere a associação.

Os 75.445 atendimentos representam um aumento de 13,6 por cento face aos 66.408 atendimentos efetuados em 2020, mas que ascende a 113 por cento quando comparado com 2016, ano que foram feitos 35.411 atendimentos.

Na lista dos 10 principais crimes surge a violência doméstica logo em primeiro lugar (19.846 casos), seguida pelos crimes sexuais contra crianças (1.416), ofensas à integridade física (649), ameaças/coação (646), difamação/injurias (585), discriminação e incitamento ao ódio e à

violência (394), crimes sexuais contra adultos (294), perseguição (253), burla (170) e 'sextortion' (159).

De acordo com o relatório, a APAV atendeu, em média, 37 pessoas por dia, entre homens, mulheres, crianças e pessoas idosas.

Olhando para cada um destes grupos, o destaque está nas mulheres, já que a APAV apoiou 9.148 em 2021, o que representa 175 por semana e 25 por dia.

No mesmo ano apoiou 1.959 crianças, 38 por semana e cinco por dia, enquanto homens foram 1.842 (35 por semana e cinco por dia) e 1.594 pessoas idosas (31 por semana e quatro por dia).

Entre as 13.234 pessoas reconhecidas como vítimas, o perfil mostra que na maioria (78 por cento) são mulheres, com 40 anos como média de idade e com uma relação com o autor do crime.

Também entre as 1.959 vítimas que eram crianças ou jovens o género é sobretudo feminino (59 por cento), aqui com uma média de idade de onze anos, e também com uma relação com o/a autor do crime.

"Do total de 13.234 vítimas, a APAV registou, em 2021, 13.413 autores/as de crime. O maior número de autores/as é do sexo masculino (8.167; 60,9 por cento), mantendo-se, desta forma, a tendência de anos anteriores que demonstram que são os homens os principais agressores", lê-se no relatório.

A APAV destaca também que a percentagem de mulheres agressoras se tem mantido "elevada e estável ao longo dos anos, apontando que "em 2019 representavam 13,1 por cento (1.545); em 2020 12 por cento (1.627); e em 2021 a tendência mantém-se com 11,9 por cento (1.589) dos registos".

Os dados estatísticos disponibilizados reportam-se aos processos de apoio desenvolvidos presencialmente, por telefone e online, no ano de 2021, pelos 75 serviços de proximidade da APAV.

RVP/Lusa

https://www.vozdaplanicie.pt/noticias/apav-apoiou-cerca-de-37-pessoas-por-dia-em-2021-e-atendimentos-subiram-113-em-cinco-anos

O MINHO

PAÍS

APAV apoiou cerca de 37 pessoas por dia em 2021 e atendimentos subiram 113% em cinco anos

Violência

O MINHO
Há 4 semanas em 04/04/2022 às 16:16
Por **Redação**

Foto: Paulo Jorge Magalhães / O MINHO / Arquivo

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) apoiou, em média, 37 pessoas por dia em 2021, das quais 25 mulheres e cinco crianças, tendo registado um aumento de 113% nos atendimentos nos últimos cinco anos.

De acordo com o relatório anual da APAV sobre 2021, divulgado esta segunda-feira, a associação contabilizou um total de 75.445 atendimentos, referentes a 15.617 pessoas, tendo registado um total de 13.234 vítimas diretas de crime.

Segundo a APAV, o maior número de vítimas continua a ser do sexo feminino (77,9%), mantendo-se a tendência dos anos anteriores, mas a associação destaca que a percentagem de vítimas do sexo masculino tem vindo a aumentar.

“Em 2019 representavam 18,7% (2.180) e em 2021 já atingiram os 19,6% (2.601) das vítimas”, refere a associação.

Os 75.445 atendimentos representam um aumento de 13,6% face aos 66.408 atendimentos efetuados em 2020, mas que ascende a 113% quando comparado com 2016, ano que foram feitos 35.411 atendimentos.

Na lista dos 10 principais crimes surge a violência doméstica logo em primeiro lugar (19.846 casos), seguida pelos crimes sexuais contra crianças (1.416), ofensas à integridade física (649), ameaças/coação (646), difamação/injurias (585), discriminação e incitamento ao ódio e à violência (394), crimes sexuais contra adultos (294), perseguição (253), burla (170) e 'sextortion' (159).

De acordo com o relatório, a APAV atendeu, em média, 37 pessoas por dia, entre homens, mulheres, crianças e pessoas idosas.

Olhando para cada um destes grupos, o destaque está nas mulheres, já que a APAV apoiou 9.148 em 2021, o que representa 175 por semana e 25 por dia.

No mesmo ano apoiou 1.959 crianças, 38 por semana e cinco por dia, enquanto homens foram 1.842 (35 por semana e cinco por dia) e 1.594 pessoas idosas (31 por semana e quatro por dia).

Entre as 13.234 pessoas reconhecidas como vítimas, o perfil mostra que na maioria (78%) são mulheres, com 40 anos como média de idade e com uma relação com o autor do crime.

Também entre as 1.959 vítimas que eram crianças ou jovens o género é sobretudo feminino (59%), aqui com uma média de idade de onze anos, e também com uma relação com o/a autor do crime.

"Do total de 13.234 vítimas, a APAV registou, em 2021, 13.413 autores/as de crime. O maior número de autores/as é do sexo masculino (8.167; 60,9%), mantendo-se, desta forma, a tendência de anos anteriores que demonstram que são os homens os principais agressores", lê-se no relatório.

A APAV destaca também que a percentagem de mulheres agressoras se tem mantido "elevada e estável ao longo dos anos, apontando que "em 2019 representavam 13,1% (1.545); em 2020 12% (1.627); e em 2021 a tendência mantém-se com 11,9% (1.589) dos registos".

Os dados estatísticos disponibilizados reportam-se aos processos de apoio desenvolvidos presencialmente, por telefone e online, no ano de 2021, pelos 75 serviços de proximidade da APAV.

https://ominho.pt/apav-apoiou-cerca-de-37-pessoas-por-dia-em-2021-e-atendimentos-subiram-113-em-cinco-anos/

Jornal do Centro

Em 2021, a APAV atendeu 121 vítimas de crimes da região de Viseu

Os moradores de Viseu, Tondela e Lamego foram os que mais procuraram a APAV e apenas os habitantes de Aguiar de Beira, Vouzela e Vila Nova de Paiva não recorreram aos serviços da associação

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) atendeu 121 vítimas de crimes de toda a região de Viseu no último ano. O balanço foi feito esta segunda-feira (4 de abril) em mais um relatório anual divulgado pela instituição.

Os moradores de Viseu, Tondela e Lamego foram os que mais procuraram a APAV e apenas os habitantes de Aguiar de Beira, Vouzela e Vila Nova de Paiva não recorreram aos serviços da associação.

Não houve mexidas no número total em comparação com 2020, mas alguns concelhos registaram subidas como Viseu (que passou de 29 em 2020 para 34 em 2021) e Tondela (que subiu de 7 para 12). Já Lamego registou uma descida das 12 para as 11 vítimas atendidas.

Na lista da APAV, seguem-se Mortágua com sete vítimas atendidas, Cinfães (6), Oliveira de Frades (6), São Pedro do Sul (5), Resende (4), Castro Daire (4) e Penalva do Castelo (4).

Constam também Armamar, Mangualde, Moimenta da Beira, Nelas, Santa Comba Dão, Sátão e Tarouca, com três vítimas cada. A lista é completada por Carregal do Sal (2), Tabuaço (2), Sernancelhe (1), Penedono (1) e São João da Pesqueira (1).

O relatório da APAV, relativo a 2021, revela ainda que foram registados a nível nacional 25.839 crimes, o que equivale a uma média de 70,7 por dia. A maioria dos crimes registados – 76,8 por cento – refere-se a casos de violência doméstica que representaram um total de 19.846 casos, traduzindo numa média diária de 54 situações.

APAV apoiou cerca de 37 pessoas por dia em 2021

A APAV apoiou, em média, 37 pessoas por dia em 2021, das quais 25 mulheres e cinco crianças, tendo registado um aumento de 113 por cento nos atendimentos nos últimos cinco anos.

De acordo com o relatório anual da APAV sobre 2021, a associação contabilizou um total de 75.445 atendimentos, referentes a 15.617 pessoas, tendo registado um total de 13.234 vítimas diretas de crime.

Segundo a APAV, o maior número de vítimas continua a ser do sexo feminino (77,9%), mantendo-se a tendência dos anos anteriores, mas a associação destaca que a percentagem de vítimas do sexo masculino tem vindo a aumentar.

"Em 2019 representavam 18,7% (2.180) e em 2021 já atingiram os 19,6% (2.601) das vítimas", refere a associação.

Os 75.445 atendimentos representam um aumento de 13,6% face aos 66.408 atendimentos efetuados em 2020, mas que ascende a 113% quando comparado com 2016, ano que foram feitos 35.411 atendimentos.

A APAV apoiou 9.148 mulheres em 2021, o que representa 175 por semana e 25 por dia. No mesmo ano apoiou 1.959 crianças, 38 por semana e cinco por dia, enquanto homens foram 1.842 (35 por semana e cinco por dia) e 1.594 pessoas idosas (31 por semana e quatro por dia).

Entre as 13.234 pessoas reconhecidas como vítimas, o perfil mostra que na maioria (78%) são mulheres, com 40 anos como média de idade e com uma relação com o autor do crime.

Também entre as 1.959 vítimas que eram crianças ou jovens o género é sobretudo feminino (59%), aqui com uma média de idade de onze anos, e também com uma relação com o/a autor do crime.

"Do total de 13.234 vítimas, a APAV registou, em 2021, 13.413 autores/as de crime. O maior número de autores/as é do sexo masculino (8.167; 60,9%), mantendo-se, desta forma, a tendência de anos anteriores que demonstram que são os homens os principais agressores", lê-se no relatório.

A APAV destaca também que a percentagem de mulheres agressoras se tem mantido "elevada e estável ao longo dos anos, apontando que "em 2019 representavam 13,1% (1.545); em 2020 12% (1.627); e em 2021 a tendência mantém-se com 11,9% (1.589) dos registos".

Os dados estatísticos disponibilizados reportam-se aos processos de apoio desenvolvidos presencialmente, por telefone e online, no ano de 2021, pelos 75 serviços de proximidade da APAV.

https://jornaldocentro.pt/noticias/diario/em-2021-a-apav-atendeu-121-vitimas-de-crimes-da-regiao-de-viseu

NASCER DO SOL

APAV regista aumento de 113% nos atendimentos em cinco anos

Na lista dos dez principais crimes cometidos, surge em primeiro a violência doméstica (19.846 casos), os crimes sexuais contra crianças (1.416), ofensas à integridade física (649), ameaças/coação (646), difamação/injurias (585), discriminação e incitamento ao ódio e à violência (394), crimes sexuais contra adultos (294), perseguição (253), burla (170) e 'sextortion' (159).

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) registou um aumento de 113% nos atendimentos nos últimos cinco anos, tendo, em 2021, apoiado uma média de 37 pessoas por dia, das quais 25 mulheres e cinco crianças.

Segundo o relatório hoje divulgado pela associação, com dados relativos a 2021, foram contabilizados um total de 75.445 atendimentos, referentes a 15.617 pessoas e com um registo de 13.234 vítimas diretas de crime.

A APAV informa que 77,9% das vítimas foram do sexo feminino, mantendo-se assim a tendência dos anos anteriores, mas a percentagem de vítimas do sexo masculino tem vindo a aumentar: "Em 2019 representavam 18,7% (2.180) e em 2021 já atingiram os 19,6% (2.601) das vítimas".

O número de atendimentos feitos em 2021 representa um aumento de 13,6% em relação aos 66.408 feitos em 2020,

ascendendo este número a 113% quando a comparação é feita com o ano de 2016, em que se realizaram 35.411 atendimentos.

Na lista dos dez principais crimes cometidos, surge em primeiro a violência doméstica (19.846 casos), os crimes sexuais contra crianças (1.416), ofensas à integridade física (649), ameaças/coação (646), difamação/injurias (585), discriminação e incitamento ao ódio e à violência (394), crimes sexuais contra adultos (294), perseguição (253), burla (170) e 'sextortion' (159).

Entre as 13.234 reconhecidas como vítimas, 78,5% são mulheres, com uma idade média de 40 anos e uma relação com o autor do crime. Sabe-se ainda que 1.959 vítimas eram crianças ou jovens e que 59% delas eram do sexo feminino, sendo a idade média 11 anos e também com uma relação com o autor do crime.

"Do total de 13.234 vítimas, a APAV registou, em 2021, 13.413 autores/as de crime. O maior número de autores/as é do sexo masculino (8.167; 60,9%), mantendo-se, desta forma, a tendência de anos anteriores que demonstram que são os homens os principais agressores", lê-se no relatório.

A associação destaca ainda que a percentagem de mulheres agressoras se tem mantido "elevada e estável" ao longo dos anos, apontando que "em 2019 representavam 13,1% (1.545); em 2020 12% (1.627); e em 2021 a tendência mantém-se com 11,9% (1.589) dos registos".

https://sol.sapo.pt/artigo/766765/apav-regista-aumento-de-113-nos-atendimentos-em-cinco-anos-

Renascença

APAV apoiou cerca de 37 pessoas por dia em 2021. Atendimentos subiram 113% em cinco anos

04 abr, 2022 - 15:25 • Lusa

O maior número de vítimas continua a ser do sexo feminino, mantendo-se a tendência dos anos anteriores, mas a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima alerta que a percentagem de vítimas do sexo masculino tem vindo a aumentar.

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) apoiou, em média, 37 pessoas por dia em 2021, das quais 25 mulheres e cinco crianças, tendo registado um aumento de 113% nos atendimentos nos últimos cinco anos.

De acordo com o relatório anual da APAV sobre 2021, divulgado esta segunda-feira, a associação contabilizou um total de 75.445

atendimentos, referentes a 15.617 pessoas, tendo registado um total de 13.234 vítimas diretas de crime.

Segundo a APAV, o maior número de vítimas continua a ser do sexo feminino (77,9%), mantendo-se a tendência dos anos anteriores, mas a associação destaca que a percentagem de vítimas do sexo masculino tem vindo a aumentar.

"Em 2019 representavam 18,7% (2.180) e em 2021 já atingiram os 19,6% (2.601) das vítimas", refere a associação.

Os 75.445 atendimentos representam um aumento de 13,6% face aos 66.408 atendimentos efetuados em 2020, mas que ascende a 113% quando comparado com 2016, ano que foram feitos 35.411 atendimentos.

Na lista dos 10 principais crimes surge a violência doméstica logo em primeiro lugar (19.846 casos), seguida pelos crimes sexuais contra crianças (1.416), ofensas à integridade física (649), ameaças/coação (646), difamação/injurias (585), discriminação e incitamento ao ódio e à violência (394), crimes sexuais contra adultos (294), perseguição (253), burla (170) e 'sextortion' (159).

De acordo com o relatório, a APAV atendeu, em média, 37 pessoas por dia, entre homens, mulheres, crianças e pessoas idosas.

Olhando para cada um destes grupos, o destaque está nas mulheres, já que a APAV apoiou 9.148 em 2021, o que representa 175 por semana e 25 por dia.

No mesmo ano apoiou 1.959 crianças, 38 por semana e cinco por dia, enquanto homens foram 1.842 (35 por semana e cinco por dia) e 1.594 pessoas idosas (31 por semana e quatro por dia).

Entre as 13.234 pessoas reconhecidas como vítimas, o perfil mostra que na maioria (78%) são mulheres, com 40 anos como média de idade e com uma relação com o autor do crime.

Também entre as 1.959 vítimas que eram crianças ou jovens o género é sobretudo feminino (59%), aqui com uma média de idade de onze anos, e também com uma relação com o/a autor do crime.

"Do total de 13.234 vítimas, a APAV registou, em 2021, 13.413 autores/as de crime. O maior número de autores/as é do sexo masculino (8.167; 60,9%), mantendo-se, desta forma, a tendência de anos anteriores que demonstram que são os homens os principais agressores", lê-se no relatório.

A APAV destaca também que a percentagem de mulheres agressoras se tem mantido "elevada e estável ao longo dos anos, apontando que "em 2019 representavam 13,1% (1.545); em 2020 12% (1.627); e em 2021 a tendência mantém-se com 11,9% (1.589) dos registos".

Os dados estatísticos disponibilizados reportam-se aos processos de apoio desenvolvidos presencialmente, por telefone e online, no ano de 2021, pelos 75 serviços de proximidade da APAV.

https://rr.sapo.pt/noticia/pais/2022/04/04/apav-apoiou-cerca-de-37-pessoas-por-dia-em-2021-atendimentos-subiram-113-em-cinco-anos/279002/

APAV apoiou cerca de 37 pessoas por dia em 2021 e atendimentos subiram 113% em cinco anos

Lusa

4 abr 2022 15:16

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) apoiou, em média, 37 pessoas por dia em 2021, das quais 25 mulheres e cinco crianças, tendo registado um aumento de 113% nos atendimentos nos últimos cinco anos.

De acordo com o relatório anual da APAV sobre 2021, divulgado hoje, a associação contabilizou um total de 75.445 atendimentos, referentes a 15.617 pessoas, tendo registado um total de 13.234 vítimas diretas de crime.

Segundo a APAV, o maior número de vítimas continua a ser do sexo feminino (77,9%), mantendo-se a tendência dos anos anteriores, mas a associação destaca que a percentagem de vítimas do sexo masculino tem vindo a aumentar.

"Em 2019 representavam 18,7% (2.180) e em 2021 já atingiram os 19,6% (2.601) das vítimas", refere a associação.

Os 75.445 atendimentos representam um aumento de 13,6% face aos 66.408 atendimentos efetuados em 2020, mas que ascende a 113% quando comparado com 2016, ano que foram feitos 35.411 atendimentos.

Na lista dos 10 principais crimes surge a violência doméstica logo em primeiro lugar (19.846 casos), seguida pelos crimes sexuais contra crianças (1.416), ofensas à integridade física (649), ameaças/coação (646), difamação/injurias (585), discriminação e incitamento ao ódio e à

violência (394), crimes sexuais contra adultos (294), perseguição (253), burla (170) e 'sextortion' (159).

De acordo com o relatório, a APAV atendeu, em média, 37 pessoas por dia, entre homens, mulheres, crianças e pessoas idosas.

Olhando para cada um destes grupos, o destaque está nas mulheres, já que a APAV apoiou 9.148 em 2021, o que representa 175 por semana e 25 por dia.

No mesmo ano apoiou 1.959 crianças, 38 por semana e cinco por dia, enquanto homens foram 1.842 (35 por semana e cinco por dia) e 1.594 pessoas idosas (31 por semana e quatro por dia).

Entre as 13.234 pessoas reconhecidas como vítimas, o perfil mostra que na maioria (78%) são mulheres, com 40 anos como média de idade e com uma relação com o autor do crime.

Também entre as 1.959 vítimas que eram crianças ou jovens o género é sobretudo feminino (59%), aqui com uma média de idade de onze anos, e também com uma relação com o/a autor do crime.

"Do total de 13.234 vítimas, a APAV registou, em 2021, 13.413 autores/as de crime. O maior número de autores/as é do sexo masculino (8.167; 60,9%), mantendo-se, desta forma, a tendência de anos anteriores que demonstram que são os homens os principais agressores", lê-se no relatório.

A APAV destaca também que a percentagem de mulheres agressoras se tem mantido "elevada e estável ao longo dos anos, apontando que "em 2019 representavam 13,1% (1.545); em 2020 12% (1.627); e em 2021 a tendência mantém-se com 11,9% (1.589) dos registos".

Os dados estatísticos disponibilizados reportam-se aos processos de apoio desenvolvidos presencialmente, por telefone e online, no ano de 2021, pelos 75 serviços de proximidade da APAV.

SV // JMR

https://desporto.sapo.pt/noticias/apav-apoiou-cerca-de-37-pessoas-por-dia-em_624aff60f4428c6570db2f55

Delas

ATUALIDADE

Violência doméstica: APAV registou mais 11 crimes e queixas por dia em 2021 face a 2020

04/04/2022

CARLA BERNARDINO

Em 2021 deram entrada mais 3992 queixas que se inscrevem em crimes de violência doméstica face a 2020, perfazendo quase mais 11 por dia. dados que constam do relatório anual da APAV

[Fotografia: Kat Smith/Pexels]

Veja também

Receber o mesmo salário que os homens portugueses? Talvez em 2052, diz estudo

Pussy Riot, banda símbolo da luta contra regime de Putin, vem a Portugal

Faculdade De Direito de Lisboa. 29 queixas de assédio moral e 22 de assédio sexual

Tânia Ribas de Oliveira doa 100 exemplares de livro em braille a escolas

Cosméticos com ingrediente considerado cancerígeno. Infarmed retira produtos do mercado

O número de casos de violência doméstica reportados à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) subiu em 2021 face a 2020. Se no ano passado foram submetidas 19 846 participações, no ano anterior tinham sido 14 854, de acordo com os dados estatísticos anuais revelados pela entidade.

Ora, contas feitas, no ano passado foram registadas mais 3992 queixas que se inscrevem em crimes de violência doméstica, perfazendo quase mais 11 por dia do que em 2020.

O relatório estatístico divulgado esta segunda-feira, 4 de abril, reporta-se "aos processos de apoio desenvolvidos presencialmente, por telefone e online, no ano transato, pelos 75 serviços de proximidade da APAV", lê-se no comunicado.

De acordo com o documento, a APAV atendeu, por cada semana de 2021, "uma média de 175 mulheres, 38 crianças, 35 homens e 31 pessoas idosas".

Entre todos os crimes e outras situações de violência registadas pelos vários Serviços de Proximidade da APAV, os crimes contra as pessoas representam mais de 90% do total. A violência doméstica ocupa, agora em maior proporção, o volume global de situações de vitimação reportadas, estando nos 76,8% do total do ano.

“A APAV apoiou diretamente 15.617 pessoas, de um total de 75.445 atendimentos nos vários serviços de proximidade (...), vítimas de 286 municípios dos 308 existentes (93% do território nacional), atendeu uma média de 37 vítimas por dia e registou 25.838 crimes e outras formas de violência”, lê-se na nota enviada às redações. E concluiu: “Estes números refletem a abrangente presença da APAV no território nacional assim como a diversidade nos diferentes tipos de crime cujas vítimas a APAV apoia — em 2021 são mais de 60 os crimes e outras situações identificadas pelos vários Serviços de Proximidade.”

https://www.delas.pt/violencia-domestica-apav-registou-mais-11-crimes-e-queixas-por-dia-em-2021-face-a-2020/atualidade/929007/

Delas

ATUALIDADE

Intimidade online. O caso de Margarida Corceiro e de mais 113 pessoas em 2021

04/04/2022

CARLA BERNARDINO

O crime de devassa da intimidade, da publicação sem consentimento e da extorsão após roubo estão a disparar, evocando o caso recente da manequim e atriz Margarida Corceiro, vítima de uma situação desta natureza. Relatório da APAV revela aumentos de 2020 para 2021

[Fotografia: Instagram/Margarida Corceiro]

Veja também

Poluição sonora arrisca causar um em cada 20 ataques cardíacos

Matrículas para o pré-escolar e primeiro ano começam esta terça, 19 de abril

17 atitudes a cumprir se acolher refugiados em casa, segundo os psicólogos

Venezuela. Venda de órgãos humanos nas redes sociais acaba em prisão

Orquídeas e cactos às peças, que não se regam e são decorativas

Marion Le Pen torna-se vice-presidente do partido extremista

Em apenas um ano, de 2020 para 2021, o número de casos de devassa da vida privada com recurso a divulgação de gravações e fotografias ilícitas subiu das 108 para os 113. Estes são os dados que constam do relatório anual da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) que inclui, em 2021, o crime de sextortion (extorsão mediante ameaçada divulgação de conteúdo íntimo) que inscreve diretamente 151 casos em apenas um ano.

Recorde-se que a modelo e atriz Margarida Corceiro foi recentemente uma das vítimas desta tipologia de crime, com recurso inclusivamente a

imagens que terão sido adulteradas, tendo reagido publicamente a este ataque. “Quero que imaginem, que calcem os meus sapatos – meus e de todas as pessoas a quem isto já aconteceu. Imaginem estar tranquilos na vossa casa ou no vosso trabalho e encontrarem uma imagem, que dizem ser vossa, a circular pela Internet. Milhões de comentários especulativos, milhares de mensagens, telefonemas sem parar e, o mais difícil, verem todos os vossos amigos e família a terem de lidar com tudo o que vai saindo sobre vocês, sem poderem fazer nada”, denunciou, em finais de março, Margarida Corceiro, na sua rede social Instagram.

“Mais uma vez uma mulher é vítima de um crime machista e o foco está nela. Mas hoje vamos mudar o desfecho das coisas”, prometeu o jogador do Atlético de Madrid e namorado de Margarida Corceiro, João Félix, na terça-feira, 22 de março, vindo a terreiro condenar o crime. O criminoso que partilhou as fotografias da sua ex-namorada sem o seu consentimento, quando ela tinha 15 anos foi: ****”

O Delas.pt pediu já dados sobre queixas relativamente a este tipo de crime e similares apresentadas em 2022 não obteve resposta até ao momento.

A divulgação de conteúdo íntimo de forma não consentida tem vindo a aumentar e já levou, em Portugal, a iniciativas legislativas que acabaram por não prosseguir. Na Florida, nos Estados Unidos da América, a senadora Lauren Book que foi vítima deste tipo de crime está a liderar um diploma para criminalizar estes comportamentos.

O relatório estatístico da APAV divulgado esta segunda-feira, 4 de abril, reporta-se “aos processos de apoio desenvolvidos presencialmente, por telefone e online, no ano transato, pelos 75 serviços de proximidade da APAV”, lê-se no comunicado.

De acordo com o documento, a APAV atendeu, por cada semana de 2021, “uma média de 175 mulheres, 38 crianças, 35 homens e 31 pessoas idosas”.

Entre todos os crimes e outras situações de violência registadas pelos vários Serviços de Proximidade da APAV, os crimes contra as pessoas representam mais de 90% do total. A violência doméstica ocupa, agora em maior proporção, o volume global de situações de vitimação reportadas, estando nos 76,8% do total do ano.

“A APAV apoiou diretamente 15.617 pessoas, de um total de 75.445 atendimentos nos vários serviços de proximidade (...), vítimas de 286 municípios dos 308 existentes (93% do território nacional), atendeu uma média de 37 vítimas por dia e registou 25.838 crimes e outras formas de violência”, lê-se na nota enviada às redações. E concluiu: “Estes números refletem a abrangente presença da APAV no território nacional assim como a diversidade nos diferentes tipos de crime cujas

vítimas a APAV apoia — em 2021 são mais de 60 os crimes e outras situações identificadas pelos vários Serviços de Proximidade."

https://www.delas.pt/sextortion-apav-intimidade-online-o-drama-de-margarida-corceiro-e-de-mais-113-pessoas-em-2021/atualidade/929010/

//NORDESTE TRANSMONTANO

Casos de violência doméstica crescem em 2021 devido aos confinamentos mas número de queixas estabiliza

Publicado por António G. Rodrigues em Qui, 2022-04-14 15:30

Mais de uma centena de pessoas do distrito de Bragança foram vítimas de violência doméstica no distrito de Bragança em 2021. Grande maioria dos agressores são do sexo masculino.

Ao todo, os dados oficiais dão conta de que 108 pessoas foram vítimas de violência doméstica no distrito de Bragança em 2021.

Segundo os dados do relatório anual da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e do Núcleo de Apoio à Vítima da Associação de Socorros Mútuos dos Artistas de Bragança, houve 108 casos reportados ao longo do ano passado a estas instituições.

À APAV foram reportados 31 casos enquanto que a Associação de Socorros Mútuos registou 77.

Teresa Fernandes, que gere o Núcleo de Apoio à Vítima de Bragança explicou ao Mensageiro que, de facto, houve “mais atendimentos mas poucos mais casos novos”.

“Todos os serviços ainda estão a recuperar da pandemia, pelo que atendimentos, apoios, tomadas de decisão têm-se prolongado no tempo. Temos de fazer mais atendimentos para prover os apoios previstos”, explicou.

Por outro lado, a incerteza provocada pela pandemia ao nível das condições de saúde e laborais leva a que a tomada de decisão de pôr fim a uma situação de violência também demore mais tempo.

“As pessoas também demoram mais tempo, têm mais preocupação no pós-saída, nos efeitos na saúde, no trabalho, na escola das crianças. Tudo isso tem afetado a tomada de decisão das vítimas”, frisou.

De acordo com Teresa Fernandes, há pessoas que recorrem à APAV “quer pela maior proximidade com o gabinete existente em Vila Real, como são os casos dos concelhos de Carrazeda de Ansiães ou de Mirandela, quer pelo facto de o número geral da APAV ser amplamente divulgado”.

Nessas situações, as duas entidades conferenciam para perceber se há duplicação de casos. Não havendo, as novas situações que chegam à APAV são seguidas por técnicos dessa associação enquanto que se já forem casos conhecidos, continuam a ser seguidos em Bragança.

Apesar de o número de denúncias novas não ter tido uma subida acentuada, Teresa Fernandes acredita que a pandemia potenciou as situações de violência doméstica, por vários fatores.

“Potenciou, sem dúvida. Mas isso não se refletiu na denúncia. O facto de as pessoas não saberem o que esperar do futuro, a incerteza que os confinamentos, os layoffs, a situação das escolas, trouxeram, levaram a uma incerteza que se refletiu na apresentação de queixas”, explicou.

Mas “o número de situações foi aumentado pelo facto de as pessoas serem obrigadas a conviver [nos confinamentos] e a desempenhar papéis a que não estavam habituados, como cuidadores, professores, prestadores de cuidados a pessoas idosas, etc”.

“Tudo isso conduziu a um aumento do número real de situações, ainda que sem reflexo no número oficial”, precisou a mesma responsável.

No entanto, a acalmia verificada na situação pandémica começa a trazer sinais desse aumento de tensão.

“Cada vez mais estamos a perceber, agora, a saída dessas relações, com acolhimentos de emergência ou em casa abrigo”, adiantou, ao Mensageiro.

Por outro lado, o perfil das vítimas continua inalterado.

“Continuamos a ter o mesmo perfil de vítimas. Conjuges, ex-conjuges ou, no nosso caso particular, muitos descendentes. As vítimas tanto são do sexo masculino como do feminino”, frisou.

Contudo, “a violência contra idosos manteve-se nos atendimentos ou casos novos”.

“Mas tivemos mais acolhimentos de emergência. Em cinco mulheres acolhidas este ano, três são idosas, vítimas de descendentes. Estamos a falar em risco elevado para a integridade física e psíquica da vítima”, explicou Teresa Fernandes.

No caso do Núcleo de Apoio à Vítima da Associação de Socorros Mútuos, 70 dos casos são de portugueses, dois brasileiros, um angolano, um ucraniano, um sueco, um venezuelano e um peruano.

Destas 77 pessoas atendidas, 45 tinham menores a seu cargo.

Analisando os dados, nota-se, ainda, uma prevalência de baixa escolaridade.

Oito das pessoas atendidas não sabiam ler nem escrever, duas só sabiam ler ou escrever, 19 tinham concluído o primeiro ciclo, 14 o segundo ciclo, 21 pararam os seus estudos no terceiro ciclo, 11 no secundário e apenas duas tinham o ensino superior.

Também prevalecem os baixos rendimentos. Apenas uma destas 77 pessoas tinha rendimentos superiores a 1500 euros por mês.

A maioria dos agressores eram do sexo masculino (70) enquanto apenas sete do sexo feminino.

Das 77 pessoas atendidas, 11 não formalizaram denúncia.

Houve oito acolhimentos de emergência e 12 encaminhados para a casa abrigo da instituição.

Casos por nacionalidade:

Portuguesa	70
Angolana	1
Brasileira	2
Ucraniana	1
Sueca	1
Venezuelana	1
Peruana	1

Por escolaridade:

Sem saber ler nem escrever	8
Só sabem ler e escrever	2
1.º ciclo	19

2.º ciclo	14
3.º ciclo	21
Secundário	11
Ensino Superior	2

Vítimas seguidas pela ASMAB por concelho:

Bragança	19
Carrazeda	9
Freixo	1
Macedo	6
Vila Flor	2
Miranda	15
Mirandela	2
Mogadouro	11
Vimioso	4
Vinhais	3
Moncorvo	3
Alfândega	2
Total	78

Vítimas seguidas pela APAV, por concelho

Bragança	9
Carrazeda	2
Freixo	1
Macedo	1
Mirandela	8
Mogadouro	2
Moncorvo	1
Vila Flor	3
Vimioso	1

Vinhais	3
Total	31

https://www.mdb.pt/noticia/casos-de-violencia-domestica-crescem-em-2021-devido-aos-confinamentos-mas-numero-de-queixas

TSF RÁDIO NOTÍCIAS

APAV

"Risco de vida." Vítimas de violência doméstica sem resposta da Justiça a tempo

No dia em que se assinala a abertura oficial do ano judicial, a APAV junta-se aos reparos feitos pelas associações profissionais do setor da justiça e admite que a falta de recursos leva a atrasos em casos de risco sério.

Por Rita Carvalho Pereira
20 Abril, 2022 • 12:29

PARTILHAR
Facebook
Twitter
WhatsApp
E-mail
Comentar

APAV fala em universo de 30 mil denúncias de violência doméstica, por ano© Louisa Gouliamaki/AFP

DETETÁMOS QUE PODE TER UM ADBLOCKER LIGADO
Apoie o jornalismo, desative o seu ad blocker para o nosso site.
OBRIGADO

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) alerta que há vidas em risco por falta de capacidade do sistema judicial. Há casos sérios de violência doméstica que ficam sem resposta a tempo.

Em declarações à TSF, Frederico Marques, advogado e coordenador de operações da APAV, afirma que há situações de vítimas que a APAV está a acompanhar, identificadas como de "extrema urgência", com um "risco extraordinariamente elevado", e em que, apesar "dos esforços feitos junto do sistema de justiça", o sistema "não consegue dar a resposta em tempo útil".

"Falamos aqui de risco de vida para a vítima", sublinha Frederico Marques, apontando a necessidade de a justiça "intervir e recolher indícios probatórios com a maior celeridade" e promover "medidas de coação e de proteção da vítima o mais rapidamente possível".

O responsável da APAV constata os efeitos da falta de recursos, denunciada pelo bastonário da Ordem dos Advogados, que apontou que a escassez de funcionários judiciais nos tribunais portugueses está a ter impactos sérios na resposta a casos de violência doméstica.

"Não se fazem omeletes sem ovos. Nós, que estamos também no terreno e que todos os dias trabalhamos com os tribunais, com o Ministério Público e com as polícias, temos a plena noção da escassez de recursos", afirma Frederico Marques. "Quando falamos da violência doméstica, concretamente - estamos a falar, de grosso modo, num universo de 30 mil denúncias por ano - (...), e mesmo as situações mais graves, muitas vezes, não merecem a atenção célere que deveriam merecer, precisamente por essa falta de recursos", acrescenta.

Por esse motivo, a APAV defende que é preciso apostar no trabalho coletivo e na coordenação entre as diferentes entidades envolvidas na proteção das vítimas de violência doméstica.

"O sistema de justiça deve trabalhar cada vez mais em conjunto com as organizações da sociedade civil", frisa Frederico Marques.

"Podemos ser aqui também um elemento muito concreto de articulação, por exemplo, procedendo também às avaliações de risco, que, muitas vezes, os profissionais da justiça não têm tempo para fazer, dando informações ao processo que podem ser úteis para o desenvolvimento da investigação criminal", exemplifica. "Há todo um conjunto de atividades que nós já desenvolvemos no nosso dia-a-dia que, se feitas em articulação com o sistema de justiça, são importantes para as vítimas, mas são importantes também no sentido de facilitarem o trabalho dos agentes do sistema de justiça."

https://www.tsf.pt/portugal/sociedade/risco-de-vida-vitimas-de-violencia-domestica-sem-resposta-da-justica-a-tempo-14784035.html

COMUNIDADE CULTURA e ARTE

Estão abertas as candidaturas para o Prémio APAV para Investigação

por Comunidade Cultura e Arte, 31 Março, 2022

SOCIEDADE

O Prémio APAV para a Investigação destina-se a premiar trabalhos de investigação científica sobre temas ou problemas relacionados com a missão da APAV: Apoiar as vítimas de crime, suas famílias e amigos/as, prestando-lhes serviços de qualidade, gratuitos e confidenciais e contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas, sociais e privadas centradas no estatuto da vítima.

Condições gerais do Prémio APAV para a Investigação 2022:

– O Prémio APAV para a Investigação será atribuído anualmente pela APAV a um trabalho inédito, desenvolvido em língua portuguesa.
– O Prémio APAV para a Investigação será atribuído a um trabalho que contribua para o conhecimento geral ou específico dos temas ou problemas relacionados com as vítimas de crime, ou para a melhoria de qualidade dos serviços de apoio à vítima em Portugal.

– O Prémio APAV para a Investigação será atribuído a um trabalho desenvolvido em áreas científicas diversas, tais como Direito, Psicologia, Serviço Social, Sociologia, História, Economia, Saúde, Antropologia, Criminologia, Vitimologia, Pedagogia, etc.

O formulário de candidatura pode ser preenchido aqui e o regulamento pode também ser consultado aqui. O prazo limite para o envio de candidaturas é 31 de julho.

https://comunidadeculturaearte.com/estao-abertas-as-candidaturas-para-o-premio-apav-para-investigacao/

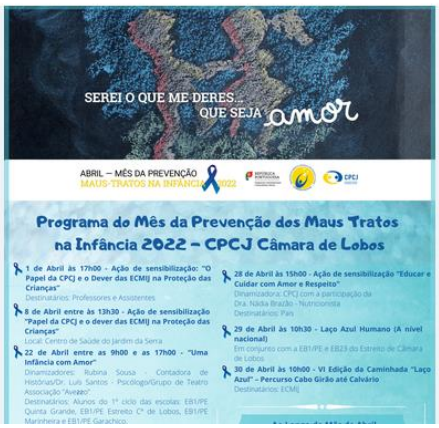
DIÁRIO de Notícias
MADEIRA

MADEIRA

CPCJ de Câmara de Lobos "ergue a voz contra os maus-tratos"

Comissão de Protecção irá realizar amanhã uma actividade intitulada 'Uma Infância com Amor'

21 abr 2022 18:17



Em Abril, mês em que se assinala a Prevenção dos Maus-Tratos na Infância e Juventude, diversas instituições unem-se erguendo a voz contra os maus-tratos a que muitas crianças e jovens ainda são sujeitos, numa campanha de alerta e prevenção sobre esta temática. "Os maus-tratos contra crianças e jovens podem ser definidos como qualquer ação ou omissão não acidental perpetrada pelos pais, cuidadores ou outrem que ameace a segurança, dignidade e desenvolvimento biopsicossocial e afetivo da vítima. Qualquer tipo de maltrato atenta, de forma direta, contra a satisfação adequada dos direitos e das necessidades fundamentais das crianças e jovens, não garantindo, por este meio, o crescimento e desenvolvimento pleno e integral de todas as suas competências físicas, cognitivas, psicológicas e socioemocionais", explica a APAV.

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Câmara de Lobos adere a esta campanha desde o ano de 2013, através da realização de várias iniciativas e actividades. Neste ano de 2022 queremos continuar a ter uma voz activa naquela que é a única forma de combater a violência contra as crianças, a PREVENÇÃO. Seguindo o lema "A melhor forma de tratar o problema é impedir que aconteça" e considerando que a protecção das crianças e jovens é da responsabilidade de toda a sociedade, "convidamos as Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude do concelho de Câmara de Lobos a abraçar

connosco esta iniciativa, ajudando a alertar que os maus-tratos existem e que têm de acabar". Assim, e de forma a consciencializar a comunidade câmara-lobense para a problemática dos maus-tratos na infância, esta Comissão de Protecção irá realizar uma actividade intitulada 'Uma Infância com Amor', com o objectivo de sensibilizar, de forma lúdica, as crianças para o Mês da Prevenção dos Maus-Tratos na Infância e Juventude.

Esta actividade irá decorrer amanhã, onde está prevista a 'A Hora do Conto', com a contadora de histórias Rubina Sousa; uma intervenção do Dr. Luís Miguel Santos, psicólogo e a apresentação de uma peça de Teatro intitulada 'O Esquadrão Amor', apresentada pela Associação Avesso, com texto e encenação de Pedro Santos, e interpretação de Cristina Ponte e Rui Miguel Vieira. Este momento é dirigido a crianças do 3°, 4° ano e 5° ano, de quatro escolas do nosso concelho, nomeadamente a EB1/PE da Marinheira, a EB1/PE da Quinta Grande, a EB1/PE do Garachico e a EB1/PE do Estreito de Câmara de Lobos e à EB23 Ciclos do Estreito de Câmara de Lobos. Nesta luta, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Câmara de Lobos deixa um agradecimento a várias entidades: Câmara Municipal de Câmara de Lobos, ISSM,IP-RAM, Escolas EB1/PE da Marinheira, EB1/PE da Quinta Grande, a EB1/PE do Garachico e a EB1/PE do Estreito de Câmara de Lobos, EB23 do Estreito de Câmara de Lobos, Restaurante Tourigalo, as Vespas, Dr. Luís Miguel Santos, Associação Avesso e à Sparkle Moments - Eventos e Festas.

https://www.dnoticias.pt/2022/4/21/307314-cpcj-de-camara-de-lobos-ergue-a-voz-contra-os-maus-tratos/

PAÍS

atualizado 20 Abril 2022, 21:56

Care da APAV em risco. Projeto que apoia vítimas de abuso sexual quase sem fundos

por RTP

Está em risco o apoio a dezenas de vítimas de abuso sexual em Portugal.

O projeto CARE da APAV ajuda 29 crianças e jovens todos os meses mas já só tem financiamento até ao final deste ano.

https://www.rtp.pt/noticias/pais/care-da-apav-em-risco-projeto-que-apoia-vitimas-de-abuso-sexual-quase-sem-fundos_v1399761

Delas

ATUALIDADE

Clara de Sousa vítima de perseguição. Casos de 'stalking' subiram em 2021

05/04/2022

CARLA BERNARDINO

A pivô e jornalista da SIC estava a ser perseguida e ameaçada por uma mulher há vários meses. Clara de Sousa é a mais recente figura pública que é vítima de stalking, um crime que voltou a subir. No ano passado, a APAV recebeu 253 queixas, mais 14 do que em 2020

Veja também

Primeira mulher afro-americana no Supremo Tribunal dos EUA. "Dia extraordinário", diz Kamala Harris

Teimosa e rígida? Estes traços de personalidade podem defendê-la do Alzheimer

Coroas de henna: Pintar o couro cabeludo contra a perda de cabelo

Will Smith proibido de ir aos Óscares por dez anos. Mas não só!

Covid-19: Quarta dose da vacina desaconselhada, mas há uma exceção

Entre 2020 e 2021 registaram-se mais 14 casos de stalking, crime que integra a figura da perseguição e do assédio persistente. Se no ano passado, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) reportou a existência de 253 situações que configuram este tipo de vitimação, no ano que lhe antecedeu – 2020 – foram submetidos 239 casos. Dados que constam dos relatórios estatísticos anuais emitidos pela entidade, com o de 2021 a ter sido divulgado na segunda-feira, 4 de abril.

A jornalista Clara da Sousa é a mais recente figura pública a ser vítima deste tipo de crime. A pivô da SIC foi perseguida e ameaçada, até mesmo com um martelo, por uma anónima durante o mais recente período de três meses, como avança o diário Correio da Manhã.

A detenção da mulher já teve lugar, com a Procuradoria-Geral Regional (PGR) de Lisboa a emitir um comunicado na segunda-feira, 4 de abril, de que tinha detido, "em flagrante delito e presente ao Juizo de Instrução Criminal, a 30.03.2022, para primeiro interrogatório judicial, uma arguida indiciada pela prática de um crime de perseguição agravada, um crime de ameaça agravada e um crime de ofensa à integridade física qualificada", lê-se na nota.

A mulher de 39 anos ameaçou a jornalista, à porta do grupo Impresa, que detém a estação de televisão, terá ainda saltado para cima da viatura da jornalista com o intuito de a intimidar, como refere o diário.

A PGR evoca "fortes indícios recolhidos" de que "a arguida perseguiu a vítima e a ameaçou, com o propósito concretizado de lhe provocar

medo e inquietação e prejudicar a sua liberdade de determinação. Mais, atingiu a integridade física de uma agente de autoridade em exercício de funções".

Medidas de coação já estão a ser aplicadas

Neste momento, a arguida está com a medida de coação de termo de identidade e residência, com "a obrigação de apresentações bi-semanais no órgão de polícia criminal da área da sua residência, proibição de se deslocar para a área territorial da Freguesia de Paço de Arcos e de aí permanecer".

Está ainda "proibida de contactos com a ofendida, diretamente ou por interposta pessoa, ou por qualquer meio. O "inquérito não se encontra em segredo de justiça" e "a investigação prossegue sob a direção do Ministério Público de Oeiras do DIAP da Comarca de Lisboa Oeste.

Recorde-se que o stalking está criminalizado desde setembro de 2015 e pode ser punido com pena de prisão até três anos ou multa.

Stalking caiu para metade no primeiro ano de covid-19

E se em 2021 houve um ligeiro aumento do crime de psersguição face a 2020, neste ano foi registada uma quebra para menos de metade e mediante dados de 2019. Uma diminuição muito expressiva de 580 para os 239 casos, uma quebra que não terá sido alheia ao longo período de confinamento devido à pandemia provocada pela covid-19.

2019 foi, aliás, um dos anos mais recentes com níveis mais altos de perseguição e assério reiterado, segundo os dados disponibilizados pela APAV. Em 2018 foram registados 470 casos, em 2017 foram reportadas 422 situações à entidade e, em 2016, foram contabilizadas 412 queixas. No ano em que foi criminalizado o stalking, em 2015, APAV registou a entrada de 445 casos, como se lê no relatório estatístico anual.

https://www.delas.pt/clara-de-sousa-vitima-de-perseguicao-casos-de-stalking-sobem-em-2021/atualidade/929035/

Delas

PESSOAS

Stalking: Clara de Sousa, Rita Ferro Rodrigues e 253 mulheres vítimas em 2021

06/04/2022

CARSOFIA ESTEVES

Depois de Clara de Sousa ter sido ameaçada com um martelo e perseguida por três meses, Rita Ferro Rodrigues decidiu denunciar uma seguidora que a importuna constantemente

[Fotografia: Instagram/montagem]

Veja também

Roupas, sapatos e malas na maioria dos mais de 22 mil artigos apreendidos em Portugal

Quatro mitos sobre o papel reciclado que tem de saber

Cinco formas de estragar a sua relação com as redes sociais

Adeus máscaras nas escolas, cabeleireiros, lojas já hoje. Eis as duas exceções

'Peeling' para cabelo. Como fazer e para que serve?

Isabel II faz 96 anos, festa será em

Rita Ferro Rodrigues vive atormentada com uma internauta que não perde um post seu para a importunar. A revelação foi feita pela comunicadora, de 45 anos, e chega um dia depois de se saber que Clara de Sousa foi ameaçada por um martelo, junto às instalações da SIC, e perseguida por uma mulher durante três meses.

A apresentadora do Canal 11 recorreu às redes sociais para afirmar que também está a ser vítima de stalking nos últimos tempos.

Importante vincar que, entre 2020 e 2021, registaram-se mais 14 casos de stalking, crime que integra a figura da perseguição e do assédio persistente. Se no ano passado, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) reportou a existência de 253 situações que configuram este tipo de vitimação, no ano que lhe antecedeu – 2020 – foram submetidos 239 casos. Dados que constam dos relatórios estatísticos anuais emitidos pela entidade, com o de 2021 a ter sido divulgado na segunda-feira, 4 de abril.

No caso de Rita Ferro Rodrigues, a filha da apresentadora publicou um vídeo no InstaStories, ferramenta do Instagram, em que não só revela a identidade da mulher que acusa de perseguição como ainda mostra algumas mensagens e comentários que recebeu.

"Rita Ferro Rodrigues passou de feminista capaz para pessoa que conhece quem esteja a ser falado tornando qualquer tragédia num spot

de luz sobre ela, ela e ela", "Esperemos que a Rita Ferro Rodrigues se indigne com o ordenado de Relações Públicas no Algarve" ou "A Rita Ferro Rodrigues (façam-lhe chegar a palavra) como representante das feministas devia ouvir mais e atacar menos" são algumas das mensagens escritas pela internauta.

Num InstaStory seguinte, Rita Ferro Rodrigues brincou ainda com a situação partilhando uma imagem na qual estava escrito: "Bom dia, stalker, estou-me a sentir bem, obrigada por verificares. Apenas tem cuidado para não clicares duas vezes".

Recorde-se que em Portugal, o stalking passou a ser considerado crime de perseguição em 2015 e é punível com pena até três anos ou multa.

https://www.delas.pt/rita-ferro-rodrigues-diz-estar-a-ser-alvo-de-perseguicao-por-internauta-clara-de-sousa-stalking/pessoas/929101/

Expresso

SOCIEDADE

Faculdade de Direito de Lisboa vai abrir gabinete de apoio a vítimas de assédio

Em 11 dias foram recebidas cerca de 50 denúncias "relevantes" de casos de assédio sexual e moral perpetrados por professores da Faculdade. Há 31 docentes visados, o que corresponde a 10% do total. Inquérito da Federação Académica de Lisboa revela que 61% dos estudantes universitários já sofreram assédio, a maior parte das vezes cometido por colegas e funcionários

A Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL) vai criar um gabinete de apoio e aconselhamento jurídico para vítimas de assédio e discriminação. A decisão foi tomada esta terça-feira pela direção, depois de o Conselho Pedagógico ter reunido para analisar as mais de 50 denúncias apresentadas em março por estudantes e que visam 31 professores, o que corresponde a 10% do total de docentes da instituição.

Em comunicado, a direção refere que o objetivo do gabinete é apoiar as vítimas e aconselhá-las no caso de quererem prosseguir com queixas disciplinares ou criminais, ajudando-as, por exemplo, na obtenção de prova. Para garantir a independência do aconselhamento jurídico e do apoio psicológico, a FDUL pediu à Ordem dos Advogados e à Ordem dos Psicólogos que indiquem os profissionais que irão acompanhar os estudantes, docentes e funcionários que venham a recorrer a este gabinete, que deverá estar a funcionar a partir do final deste mês.

“O gabinete de apoio e aconselhamento que vamos criar é mais um passo dos vários que a FDUL tem dado nos últimos anos para identificar, avaliar, punir e dissuadir casos de assédio no seu interior”, afirma a diretora, Paula Vaz Freire. “Há dois anos, fui eu a primeira diretora desta casa a abrir um processo disciplinar por assédio sexual, o qual concluiu com um juízo de censura. Mais recentemente, demos todo o apoio que foi necessário para que a comissão nomeada pelo Conselho Pedagógico pudesse abrir um canal para denúncias anónimas e, a seguir, interpretasse os resultados”, acrescenta.

Entre 14 e 25 de março, a faculdade criou um "canal aberto" para receção de denúncias. Só nesse período, foram recebidas 70 queixas anónimas, das quais 50 foram consideradas "relevantes". De acordo com a notícia publicada pelo DN, dizem respeito a casos de assédio moral (29), assédio sexual (22), sexismo (8), racismo (5) e homofobia (1) e visam diretamente 31 docentes da instituição. Desses, sete concentram mais de metade das queixas.

Perante estas denúncias, a Associação Académica da FDUL conclui que existem "problemas sérios e reiterados de assédio sexual e moral perpetrados por docentes da Faculdade" e fala num clima de impunidade.

Depois deste "canal aberto", a FDUL disponibilizou igualmente um endereço eletrónico para receber denúncias, mas que requer a identificação do denunciante. Até à data, foi recebida uma participação, que está agora a ser avaliada.

DOIS EM CADA TRÊS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS JÁ FORAM VÍTIMAS DE ASSÉDIO SEXUAL

Segundo um estudo publicado no final de 2019 e realizado pela Federação Académica de Lisboa em parceria com a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), a União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) e a associação Quebrar o Silêncio, 61,4% dos alunos de estabelecimentos de ensino superior em Lisboa dizem já ter sido vítimas de assédio sexual, pelo menos uma vez, e 34,2% referem já ter sofrido violência sexual.

De acordo com o inquérito então realizado, que contou com a participação de quase mil estudantes, as situações de assédio foram perpetradas, sobretudo, por colegas (23%), funcionários (17%) e amigos (11%). Só em 2% dos casos estava envolvido um docente.

"O que espanta nas denúncias ocorridas na FDUL é a prevalência de casos que envolvem docentes e que é bastante maior do que a que apurámos no inquérito que publicámos em 2019. Mas a existência de casos de assédio é transversal a todas as faculdades", sublinha João Machado, presidente da Federação Académica de Lisboa (FAC).

Na sequência deste estudo, a FAC propôs ao Ministério do Ensino Superior e a todas as Universidades a criação de mecanismos de denúncia que facilitassem a apresentação de queixas por parte dos estudantes, à semelhança do que agora fez a FDUL, mas a recomendação não foi acolhida. Da mesma forma, ficou por realizar um estudo a nível nacional da prevalência deste tipo de casos no ensino superior, que também foi pedido pela Federação.

https://expresso.pt/sociedade/2022-04-05-Faculdade-de-Direito-de-Lisboa-vai-abrir-gabinete-de-apoio-a-vitimas-de-assedio-ea6db52f

PAÍS

Recorreram à APAV 37 pessoas por dia em 2021, a maioria por violência doméstica

Número de atendimentos subiu 113% em cinco anos.

37 pessoas, em média, por dia recorreram à APAV no ano passado. É um aumento de 11%, de acordo com o último relatório da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), agora divulgado.

37 pessoas, em média, por dia recorreram à APAV no ano passado. É um aumento de 11%, de acordo com o último relatório da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), agora divulgado.

Foram mais de uma centena de queixas em relação ao ano anterior, com larga vantagem para os crimes de violência doméstica, que estão na base de quase 77% das denúncias.

Seguem-se os crimes sexuais contra crianças e jovens e as ofensas à integridade física e as ameaças e coação.

As mulheres continuam a ser as principais vítimas de violência doméstica em Portugal, mas o número de denunciantes homens também cresceu. Foram mais de 2.600 que recorreram à APAV, uma subida de 1% entre 2018 e 2020.

Em média, 37 pessoas por dia recorreram à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima no ano passado, das quais 25 mulheres e 5 crianças. É um crescimento de 113% nos últimos 5 anos.

Segundo os dados do último relatório, foram registados 75 mil atendimentos referentes a mais de 15.600 pessoas, das quais pelo menos 13.200 terão sido vítimas diretas de um crime.

https://sicnoticias.pt/pais/recorreram-a-apav-37-pessoas-por-dia-em-2021-a-maioria-por-violencia-domestica/

OBSERVADOR

Europol identifica 176 pessoas em ação europeia contra crimes de ódio

As autoridades espanholas "visaram cinco indivíduos e prenderam quatro deles por disseminarem discurso de ódio online", por exemplo. A operação decorreu em 11 países.

Autoridades policiais europeias identificaram 176 pessoas numa operação relacionada com crimes de ódio, como propagação de discursos racistas e xenófobos, apelos para a violência e incitação a crimes, anunciou esta sexta-feira a Europol.

"Por exemplo, na Áustria, as autoridades realizaram 12 buscas domiciliárias, interrogaram oito indivíduos e apreenderam aparelhos eletrónicos, telemóveis, armas e material de propaganda", lê-se num comunicado da Europol, divulgado pela Polícia Judiciária, que participou na ação europeia.

As autoridades espanholas "visaram cinco indivíduos e prenderam quatro deles por disseminarem discurso de ódio online", acrescenta o documento.

A operação decorreu em 11 países e foi apoiada pelo Centro Europeu de Luta Contra o Terrorismo da Europol, liderado por França.

A ação incluiu a componente de discurso de ódio online em casos investigados no Luxemburgo, em Portugal e em Espanha.

Foram detetados 58 conteúdos em três plataformas. "A ação coordenada teve como alvo comunidades e indivíduos que **usam diferentes tipos de conteúdo, como publicações online,**

comentários e memes, para espalhar ódio e propaganda pela internet".

De acordo com a Europol, **a intervenção, "que não teve como alvo organizações ou grupos específicos"**, pretendeu impedir que crimes de ódio, racismo e xenofobia proliferem online e offline.

A Polícia Judiciária contou com a colaboração da Linha Internet Segura, através da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

https://observador.pt/2022/04/08/europol-identifica-176-pessoas-em-acao-europeia-contra-crimes-de-odio/

CORREIO da manhã

ATUALIDADE

Violações de menores disparam e sobem 26% em relação a 2020

Registaram-se 1416 casos, segundo relatório da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.

Os crimes sexuais contra menores dispararam no ano passado. É esta uma das principais conclusões do relatório da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) relativo a 2021, e que mostra uma subida de 26% neste tipo de denúncias face a 2020. O peso dos crimes contra crianças e menores foi também maior, em comparação por faixas etárias no total de queixas recolhidas pela APAV.

https://www.cm-tv.pt/atualidade/detalhe/20220405-0912-violacoes-de-menores-disparam-e-sobem-26-em-relacao-a-2020

Polígrafo
Em nome da verdade.

Programa do Governo é "omisso" quanto a medidas de combate à violência doméstica?

Sara Beatriz Monteiro

8 abr 2022 12:00

FALSO

O QUE ESTÁ EM CAUSA?

Ao intervir no debate de ontem no Parlamento, Inês Sousa Real afirmou que o Programa do Governo é "completamente omisso" no que diz respeito ao combate à violência doméstica. No entanto, o Polígrafo encontrou no documento apresentado pelo Executivo de António Costa seis medidas que visam lutar contra esse flagelo.

"Pergunto-lhe, em relação à violência doméstica, porque é completamente omisso no seu programa, o que é que vai fazer para combater este flagelo, quando todos os dias temos 37 pessoas a fazerem queixas na APAV?". Esta foi uma das questões dirigidas pela deputada e líder do PAN ao primeiro-ministro António Costa, durante a reunião plenária desta quinta-feira, dia 7 de abril, na Assembleia da República.

Numa curta declaração, Inês Sousa Real defendeu ainda que "não vamos lá com planos e planinhos, com estratégias que não saem do papel".

Confirma-se?

O Polígrafo consultou o Programa do Governo e verificou que a alegação segundo a qual o documento é omisso no que diz respeito ao combate à violência doméstica é falsa. Pesquisando no documento pela expressão "violência doméstica" foram detetados nove resultados.

O primeiro diz respeito a uma medida no âmbito da valorização dos órgão de soberania que consiste em "melhorar, designadamente através de inovação no campo de modelos e metodologias formativas e dos conteúdos curriculares, a formação inicial e a formação contínua dos magistrados, de forma desconcentrada e descentralizada e com

especial enfoque na matéria da violência doméstica, dos direitos fundamentais, do direito europeu e da gestão processual" (p.67).

- Melhorar, designadamente através de inovação no campo de modelos e metodologias formativas e dos conteúdos curriculares, a formação inicial e a formação contínua dos magistrados, de forma desconcentrada e descentralizada e com especial enfoque na matéria da violência doméstica, dos direitos fundamentais, do direito europeu e da gestão processual;

Depois, segundo o programa apresentado, o Governo quer também "combater todas as formas de violência, em particular contra as mulheres, com destaque para a violência doméstica, apostando na prevenção primária"; "desenvolver um sistema integrado de atuação urgente de âmbito territorial, envolvendo operadores policiais, judiciários e membros das respostas e estruturas da Rede Nacional de Apoio à Violência Doméstica" e "garantir a cobertura integral do território pela Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica, oferecendo simultaneamente respostas especializadas para os vários casos de violência doméstica e de género, designadamente para as populações idosas e pessoas com deficiência" (p.119).

- Combater todas as formas de violência, em particular contra as mulheres, com destaque para a violência doméstica, apostando na prevenção primária, designadamente nas escolas, nas universidades e nos serviços de saúde, de modo a evitar a violência no namoro e todas as formas de violência de género;
- Desenvolver um sistema integrado de atuação urgente de âmbito territorial, envolvendo operadores policiais, judiciários e membros das respostas e estruturas da Rede Nacional de Apoio à Violência Doméstica;
- Garantir a cobertura integral do território pela Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica, oferecendo simultaneamente respostas especializadas para os vários casos de violência doméstica e de género, designadamente para as populações idosas e pessoas com deficiência;
- Prestar formação especializada aos diferentes intervenientes no sistema de prevenção e proteção das vítimas de violência doméstica, incluindo módulos comuns e baseados na análise de casos, implementando o Plano Anual de Formação Conjunta em Violência contra as Mulheres e Violência Doméstica;
- Concluir a unificação da Base de Dados da Violência Doméstica, instituindo um sistema de tratamento de informação que se baseie numa visão global e integrada em matéria de homicídios e de outras formas de violência contra as mulheres e de violência doméstica.

No mesmo sentido, o executivo de António Costa pretende "prestar formação especializada aos diferentes intervenientes no sistema de prevenção e proteção das vítimas de violência doméstica, incluindo módulos comuns e baseados na análise de casos, implementando o Plano Anual de Formação Conjunta em Violência contra as Mulheres e Violência Doméstica", bem como "concluir a unificação da Base de Dados da Violência Doméstica, instituindo um sistema de tratamento de informação que se baseie numa visão global e integrada em matéria de homicídios e de outras formas de violência contra as mulheres e de violência doméstica" (p.119).

Em suma, é falso que o programa do Governo seja "completamente omisso" no que diz respeito ao combate à violência doméstica já que existem seis medidas relacionadas com o tema inscritas no documento.

https://poligrafo.sapo.pt/fact-check/programa-do-governo-e-omisso-quanto-a-medidas-de-combate-a-violencia-domestica

Jornal i

MARIA MOREIRA RATO
21/04/2022 13:42

© Dreamstime

FACEBOOK TWITTER LINKEDIN WHATSAPP MESSENGER EMAIL

Denúncia foi feita pela APAV em dia de abertura do ano judicial. Procuradora-Geral da República fala de grave défice de quadros no MP.

A falta de capacidade do sistema judicial está a comprometer a resolução de casos sérios de violência doméstica que acabam por ficar sem resposta atempada. A denúncia foi feita por Frederico Marques, advogado e coordenador de operações da APAV no dia que marcou o início do ano judicial. Na cerimónia, também a Procuradora-Geral da República alertou para a falta de meios, em particular no Ministério Público, com uma dura leitura: Lucília Gago avisou que as potencialidades do MP estão condicionadas por um "expressivo e persistente défice de recursos materiais e humanos".

"A vastidão de competências que estão atribuídas (ao MP), sem paralelo na generalidade dos outros Estados, e o atual contexto em que as exerce, em particular, o grave défice de quadros – avultando o ritmo de jubilações que vêm ocorrendo e que previsivelmente continuarão a ocorrer nos tempos mais próximos –, tornam bem difícil a gestão e igualmente o desempenho de todos e de cada um dos magistrados", asseverou Lucília Gago, sendo que não somente a escassez de recursos é um problema: a este, junta-se o envelhecimento da classe profissional,

pois 76% dos funcionários têm mais de 45 anos e mais de metade mais de 55 anos, sendo que entre 30% a 40% ronda os 60 anos.

Melhoria dos recursos humanos e materiais

A violência doméstica é uma das áreas mais afetadas por este flagelo, mas a dirigente salientou que a situação pandémica surtiu efeitos na sociedade e na justiça, na recuperação de ativos como área prioritária do MP, na preservação dos direitos dos jovens e crianças, do regime jurídico do menor acompanhado, da expansão do fenómeno da cibercriminalidade, dos desafios da nova era digital e de interesses difusos como a defesa do ambiente.

Por outro lado, explicou que "o combate intransigente aos fenómenos criminais especialmente graves, integrados quer na cibercriminalidade, quer na criminalidade económico-financeira, quer ainda na criminalidade violenta e organizada", revelando que a cibercriminalidade constitui um fenómeno que tem vindo a tornar-se "galopante, com as denúncias apresentadas ao MP a mais que duplicarem de 2019 para 2020 e de 2020 para 2021".

E, abordando os recursos materiais e não somente os humanos, Lucília Gago referiu, tal como Catarina Sarmento e Castro, ministra da Justiça que se estreou nesta data, que deve existir um reforço da qualidade e quantidade dos equipamentos informáticos e dos meios digitais disponíveis, principalmente, "num tempo em que o teletrabalho gera maior nível de utilização dos sistemas informáticos e novas exigências a nível da fluidez e segurança das comunicações eletrónicas", apelando à certeza da transição digital na área da justiça.

Esta foi precisamente esta a aposta traçada pela nova ministra da Justiça, que centrou a sua intervenção na transição digital. Catarina Sarmento e Castro, considerou esta quarta-feira à tarde que para melhorar a imagem da Justiça perante os cidadãos e as empresas e melhorar o funcionamento do sector, que depende de todos, é importante "fazer acontecer", destacando a "transição digital" e admitindo projetos de inteligência artificial nos tribunais mas também a "exclusividade da tramitação processual eletrónica em todas as jurisdições e instâncias judiciais, inclusive na fase de inquérito, para tornar efetiva a celeridade das decisões".

https://ionline.sapo.pt/artigo/769184/falta-de-funcionarios-judiciais-poe-em-causa-resposta-a-viol-ncia-domestica?seccao=Portugal_i

Expresso

Presidente da APAV

Será que é desta?

João Lázaro

A nova legislatura é uma oportunidade que não pode ser desperdiçada para o avanço na definição e execução de sérias políticas públicas que possam ir ao encontro das necessidades de todas as pessoas que sofrem as consequências de atos criminosos.

O atual programa do Governo inclui medidas pontuais e referências a vítimas de determinados crimes, contudo ignora a necessidade de promover os direitos de todas as vítimas de crime. Nas áreas da justiça e da segurança interna constata-se a ausência de compromissos claros em relação a um dos mais importantes direitos das vítimas — o acesso a serviços de apoio.

É de louvar o reforço das políticas públicas relativas a um dos flagelos da nossa sociedade — a violência doméstica e de género. Este reforço tem-se traduzido em estratégias e políticas públicas com continuidade, consistência e crescente qualidade na sua implementação — que muito se deve à área governativa da igualdade dos últimos Governos constitucionais, independentemente da sua cor partidária. É importante fazer esta referência, mas sem deixar esquecer o que ainda há por fazer pelas vítimas de outros crimes, o que pode colocar em causa a igualdade de acesso a direitos e criar uma indesejável hierarquização de vítimas. Este desfasamento revela uma falta de perspetiva de governação integrada dos diversos sectores da ação governativa.

É difícil compreender, por exemplo, porque é que uma vítima de violência doméstica beneficia de isenção de taxas de justiça e de uma presunção de insuficiência económica para efeitos de acesso ao direito, mas um familiar de uma vítima de homicídio não. Ou porque é que as autoridades têm o dever legal de encaminhar para serviços de apoio as vítimas de violência doméstica mas não as vítimas de violação. Não nos podemos conformar quando muitos direitos ainda são cumpridos de forma não-sistemática ou ainda ignorados, sem consequências para este incumprimento.

O atual programa do Governo ignora a necessidade de promover os direitos de todas as vítimas de crime

O quadro legal existente deve ser melhorado e devidamente aplicado: este desafio é particularmente relevante num contexto europeu marcado pela obrigatoriedade de dar mais atenção à concretização dos direitos das vítimas de crime devido à chamada Diretiva das Vítimas. Contudo, o quadro legal nacional caracteriza-se ainda pela deficiente transposição desta diretiva europeia, pela fraca qualidade do(s) estatuto(s) da vítima e pelo desfasamento do Código de Processo Penal face à evolução da legislação europeia.

A abordagem reformista que foi prometida permitiria um salto na afirmação e efetivação dos direitos de quem sofre um crime, potenciando e melhorando o quadro legal já existente. Este deve ser o compromisso do XXIII Governo Constitucional, em trabalho colaborativo e dialogante com a sociedade civil e suas organizações.

Para garantir que todas as vítimas têm acesso a serviços de apoio qualificados, confidenciais e independentes é fulcral incluir e reconhecer o conhecimento e a experiência adquiridos pelas organizações já existentes, nomeadamente a APAV, única organização nacional de apoio às vítimas de todos os crimes. É também uma forma de afirmar a confiança do Estado nas organizações da sociedade civil — espe-

CITIZEN MUSK

Daniel Oliveira
danieloliveira.lx@gmail.co

Um dos maiores *trolls* do Twitter vai comprá-lo por 44 mil milhões de dólares, a maior aquisição da história por um único indivíduo. A plataforma tem apenas um quinto dos utilizadores do Facebook, mas mais influência política e social. A parte da aquisição que Elon Musk financia em dinheiro — 21 mil milhões de dólares — era o valor de toda a sua fortuna em 2018. Hoje representa 8% do seu património. De lá para cá, numa recessão mundial causada pela pandemia, a sua riqueza cresceu quase tanto como o valor total da dívida pública portuguesa. Musk compra o Twitter porque pode e pode porque uma desigualdade sem precedentes permite chegar a níveis de concentração de riqueza que a Humanidade nunca conheceu. Musk tem recolhido elogios da comunidade ligada às tecnologias, por ser um inovador. Só existe um tipo de pessoas tão tontas como os ludistas, que recusam o progresso tecnológico: os deslumbrados acríticos pelo progresso tecnológico.

No início dos anos 20 do século passado, à boleia da proibição do álcool, o maior grupo de comunicação norte-americano começou a publicar notícias sensacionalistas sobre os efeitos do consumo da canábis, que era legal na maioria dos estados. Cumprindo o guião dos jornais de William Randolph Hearst, as peças tinham contornos racistas sobre os feitos da canábis na agressividade dos mexicanos ou em violações de mulheres brancas por negros. Dono de uma cadeia de 30 jornais, com 20 milhões de leitores, o magnata retratado em "Citizen Kane" também tinha fortes interesses na pasta de papel e sentia a concorrência da fibra extraída da canábis, o cânhamo. Um problema a menos para Hearst, depois da alteração da lei que proibiu a sua produção e plantação. Um século depois, só mudou a escala. A SEC, regulador de mercado nos EUA,

Presidente do Conselho Científico
instituição que celebra os 50 anos

Juntos vamos mai

Luísa Pedroso de Lima

Dizem que é um provérbio africano: sozinhos vamos mais rápido, mas juntos vamos mais longe. Não sei se o é. Todavia, o seu teor espelha muitos dos resultados alcançados na investigação na minha área de estudo, a psicologia social. As soluções colaborativas e que se constroem a partir da diversidade são as mais estáveis e consensuais. É verdade no que se refere à atividade dos grupos humanos e, na minha ótica, também o é no que respeita ao desenvolvimento da ciência. Os problemas com que nos deparamos hoje são demasiadamente complexos para serem abordados a partir de uma única perspetiva científica e os grandes progressos a que temos assistido em áreas como as da saúde — para me limitar a um caso específico — são produto da colaboração entre disciplinas. No caso da dor crónica, por exemplo, o avanço no conhecimento requer o trabalho conjunto não só de especialistas em ciências médicas, mas também em tecnologias de imagem, eletrofisiologia celular, neuroquímica, genética, psicologia, sociologia e estudos culturais.

Foi por acreditar nas potencialidades da interdisciplinaridade que me empenhei, no âmbito do Conselho Científico do ISCTE, na construção de um conjunto de estruturas dedicadas ao desenvolvimento de investigação interdisciplinar. Estas constituem espaços de partilha onde os investigadores, docentes e estudantes de doutoramento se podem encontrar para trabalhar nos mesmos temas, combinando os conhecimentos de diversas disciplinas para procurar atingir resultados inovadores na formação, na intervenção e, claro, na investigação.

O primeiro destes espaços, dedicado à saúde (o ISCTE-Saúde),

torna possíve
diálogo e de a
bito a partir d
multidisciplin
digital é exata
as em que uma
ligando as ciên
cias sociais e
gicas, pode co
o conhecimen
para o desenv
co. O outro es
criado foi o S
Public Policie
ciado apoiado
diversas unid
do ISCTE arti
duzir investi
através da c
contributos d
cial e os das
nha permitir
de políticas p
evidência cie
Finalmente
o Centro de V
rência de Te
TE Conhecim
edifício que
petiva de en
entre discipli
tes. Trata-se
destinado ao
as unidades
ratórios, ob
de doutoran
concebido
litar e facili
entre discip
também ent
mico e cien
Virá permiti
criação de p
as tecnologia
comportam
mesmo tem
atores socia
safios coloca
entre os qua
cidade em q
Lisboa, e à
tana. Repr
litativo en
acreditarm
mais longe.